Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PROJETO DE LEI Nº. 015 DE 10 DE MAIO DE 2011.

"DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS"

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica instituída a obrigatoriedade de afixação de placas informativas nas obras públicas executadas pela administração pública direta, indireta ou por empresa particular contratada pelo Poder Público, para este fim.

Artigo 2º- As placas de identificação de construção de obras públicas, de que trata o artigo anterior, que são instaladas por ocasião da realização das obras, deverão conter obrigatoriamente as seguintes informações:

I- Finalidade da obra e seu tipo (construção, reforma ou ampliação);
II- Data de inicio e prazo previsto para o término da obra;
III - Identificação da origem dos recursos financeiros para execução da obra, se o mesmo é Municipal, Estadual e ou Federal;
IV- Custo total da obra;
V- Área total de construção;
VI- Nome ou razão social da empresa vencedora da licitação, responsável pela obra;
VII- Nome do engenheiro responsável pela obra,
VIII - Brasão do Município.

§ 1º- Nas placas não poderá conter, nomes, imagens, símbolos, marcas ou qualquer tipo de efeito publicitário que evidencie propaganda pessoal dos agentes do Poder Público.

§ 2º- Quando for necessário poderá ser empregada uma mensagem que vise à conscientização ambiental positiva no entorno da obra pública, utilizando – se para isso placa de sinalização e aviso com medidas de 0,60x1,00 metros.

Artigo 3º- No caso de obras a serem realizadas em ruas, avenidas ou estradas, com mais 100 (cem) metros de comprimento, as placas deverão ser colocadas no inicio e no fim do local onde se realizará a obra, em local de grande visibilidade.

FI Nº 001/2011
Processo 063/2011

DESPACHO

GP em 12 de maio de 2011

1) Ciente,
2) Cópia aos Vereadores;
3) Encaminhe-se à Comissão competente para manifestação no prazo regimental

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Fl Nº 002/2011
063/2011
Processo

§ 1º- As placas deverão ser afixadas dentro dos limites dos canteiros de obras, devendo as mesmas serem visíveis a uma distância de pelo menos 30 (trinta) metros.

§ 2º- As placas informativas deverão ter dimensões mínimas de 2.40 x 1,50 metros e permanecerá afixada no local desde o primeiro dia do inicio da obra e permanecer por pelo menos 30 (trinta) dias após sua conclusão.

§ 3º- Esta Lei será aplicada ás novas obras e ás obras que sejam reiniciadas por meio de novo processo licitatório.

Artigo 4º- As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta da empresa vencedora da licitação.

Artigo 5º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões "Vereador Aparício de Almeida", 10 de maio de 2011.

VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX
1ª. Secretária

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal permite a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, desde que estas tenham por objetivo trazer informações de interesse público, com caráter educativo, orientativo, bem como informações de interesse da comunidade, dele não podendo constar nomes, símbolos ou imagens, que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Entretanto é de praxe as obras públicas contarem com placas informativas, sobre obras que são realizadas pelo poder público.

É neste sentido que propomos o referido projeto de lei, com o objetivo de estabelecer em nosso Município as normas de forma geral para a afixação destes tipos de placas, quer seja em obras e ou em outros atos praticados pelo

Fl Nº 003/2011
Processo 063/2011

poder público, valendo tanto para o Executivo, Legislativo e ou outros órgãos públicos de nossa cidade.

A presente lei também tem por objetivo informar os cidadãos e regulamentar situações, bem como, fazer cumprir e respeitar as regras contidas em nossa Carta Magna.

Sala das Sessões "Vereador Aparício de Almeida", 10 de maio de 2011.

VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX
1ª. Secretária

Câmara Municipal de Holambra

Número de Protocolo 01899/2011

Data: 12/05/2011 Hora: 08:08:00

Procedência: CÂMARA MUNICIPAL

Assunto: PROJ. DE LEI Nº.015/2011, DISPÕE SOBRE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS, VER. NAIARA.

APROVADO
FAVORÁVEIS 07
CONTRÁRIOS 00
ABSTENÇÕES 00
20/06/2011
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO DE 16/05/2011
PRESIDENTE

FI Nº 004/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PROJETO DE LEI Nº. 015 DE 10 DE MAIO DE 2011.

"DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS"

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica instituída a obrigatoriedade de afixação de placas informativas nas obras públicas executadas pela administração pública direta, indireta ou por empresa particular contratada pelo Poder Público, para este fim.

Artigo 2º- As placas de identificação de construção de obras públicas, de que trata o artigo anterior, que são instaladas por ocasião da realização das obras, deverão conter obrigatoriamente as seguintes informações:

I- Finalidade da obra e seu tipo (construção, reforma ou ampliação);
II- Data de inicio e prazo previsto para o término da obra;
III - Identificação da origem dos recursos financeiros para execução da obra, se o mesmo é Municipal, Estadual e ou Federal;
IV- Custo total da obra;
V- Área total de construção;
VI- Nome ou razão social da empresa vencedora da licitação, responsável pela obra;
VII- Nome do engenheiro responsável pela obra,
VIII - Brasão do Município.

emenda

§ 1º- Nas placas não poderá conter, nomes, imagens, símbolos, marcas ou qualquer tipo de efeito publicitário que evidencie propaganda pessoal dos agentes do Poder Público.

§ 2º- Quando for necessário poderá ser empregada uma mensagem que vise à conscientização ambiental positiva no entorno da obra pública, utilizando – se para isso placa de sinalização e aviso com medidas de 0,60x1,00 metros.

Artigo 3º- No caso de obras a serem realizadas em ruas, avenidas ou estradas, com mais 100 (cem) metros de comprimento, as placas deverão ser colocadas no inicio e no fim do local onde se realizará a obra, em local de grande visibilidade.

Fl Nº 005/2011
063/2011
Processo

§ 1º- As placas deverão ser afixadas dentro dos limites dos canteiros de obras, devendo as mesmas serem visíveis a uma distância de pelo menos 30 (trinta) metros.

§ 2º- As placas informativas deverão ter dimensões mínimas de 2,40 x 1,50 metros e permanecerá afixada no local desde o primeiro dia do inicio da obra e permanecer por pelo menos 30 (trinta) dias após sua conclusão.

§ 3º- Esta Lei será aplicada ás novas obras e ás obras que sejam reiniciadas por meio de novo processo licitatório.

Artigo 4º- As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta da empresa vencedora da licitação.

Artigo 5º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões "Vereador Aparício de Almeida", 10 de maio de 2011.

VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX
1ª. Secretária

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal permite a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, desde que estas tenham por objetivo trazer informações de interesse público, com caráter educativo, orientativo, bem como informações de interesse da comunidade, dele não podendo constar nomes, símbolos ou imagens, que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Entretanto é de praxe as obras públicas contarem com placas informativas, sobre obras que são realizadas pelo poder público.

É neste sentido que propomos o referido projeto de lei, com o objetivo de estabelecer em nosso Município as normas de forma geral para a afixação destes tipos de placas, quer seja em obras e ou em outros atos praticados pelo

FI Nº 006/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

poder público, valendo tanto para o Executivo, Legislativo e ou outros órgãos públicos de nossa cidade.

A presente lei também tem por objetivo informar os cidadãos e regulamentar situações, bem como, fazer cumprir e respeitar as regras *contidas* em nossa Carta Magna.

Sala das Sessões "Vereador Aparício de Almeida", 10 de maio de 2011.

VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX
1ª. Secretária

Câmara Municipal de Holambra

Número de Protocolo 01899/2011

Data: 12/05/2011 Hora: 08:08:00

Procedência: CÂMARA MUNICIPAL

Assunto: PROJ. DE LEI Nº.015/2011, DISPÕE SOBRE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS, VER. NAIARA.

APROVADO
FAVORÁVEIS 07
CONTRÁRIOS 00
ABSTENÇÕES 00
20/06/2011
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO DE 16/05/2011
PRESIDENTE

FI Nº 007/2011
063/2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

Cidades

Coordenação: Ricardo Brandt - ricardo.brandt@rac.com.br - **Editores:** Adriana Villar, Claudio Liza Junior, Jorge Massarolo e Ricardo Alécio

Sugestões de pautas, críticas e elogios: *cidades@rac.com.br* ou pelos telefones 3772-8116 e 3772-8162

Atendimento ao assinante: 3736-3200 ou *pelo e-mail saa@rac.com.br*

LEGISLATIVO | REFLEXOS DA PEC

RMC já prevê mais 82 vereadores

Quatro cidades aprovaram aumento no número de parlamentares para a legislatura de 2013

Natan Dias
Bruna Mozer
DA AGÊNCIA ANHANGUERA
natan.dias@rac.com.br
cidades@rac.com.br

As câmaras de vereadores da Região Metropolitana de Campinas (RMC) já se preparam para receber mais parlamentares a partir da legislatura de 2013. Em pelo menos três cidades, a construção de um novo prédio para abrigar o Legislativo está em andamento, caso de Hortolândia, Valinhos e Vinhedo. Engenheiro Coelho e Nova Odessa também pretendem construir novos prédios. Ao todo, estima-se que sejam pelo menos 82 vereadores a mais na região, levando em consideração os aumentos já aprovados, a pretensão das cidades e o novo teto estabelecido naquelas em que o número ainda está indefinido *(veja no quadro)*.

Novas sedes estão sendo construídas em três cidades

Hoje, os 219 parlamentares

Augusto de Paiva/AAN



Prédio da nova Câmara de Hortolândia, que terá gabinetes para 21 parlamentares: teto estabelecido pela PEC prevê oito novas cadeiras

Para analista cresce risco d clientelismo

A PEC foi aprovada em 2008 pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Os municípios com até 15 mil habitantes terão nove vereadores, enquanto a cidades com mais de 8 milhões de moradores terão 55. O professor de ciências políticas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp Valeriano Costa avalia como desnecessário o aumento de parlamentares. Para el um maior número de vereadores colabora com situações oportunistas. "Mais gente representando a mesma região colabora para o que chamamos de clientelismo, aquele políticos que resolvem

FIN.º 008/2011
Processo 093/2011

IGAM INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS

Porto Alegre, 26 de maio de 2011.

Orientação Técnica IGAM nº 9.691 e 9.692/2011.

I. A União dos Vereadores do Estado de São Paulo – UVESP, através de seu diretor, Sr. Luis Mario Machado dos Santos, atendendo solicitação do Poder Legislativo do Município de Holambra, SP, solicita orientação acerca da viabilidade técnica do Projeto de Lei 015/2011, com origem no Poder Legislativo, que pretende tornar obrigatória a afixação de placas informativas em obras públicas.

II. Inicialmente, cumpre observar que na estrutura federativa brasileira, os Estados-membros e os Municípios não dispõem de autonomia ilimitada para organizarem-se. Em sendo assim, por simetria, impõe-se a observância pelos entes federados inferiores (Estados-membros e Municípios) dos princípios e regras gerais de organização adotados pela União.

Ao organizarem-se, portanto, Estados-membros e Municípios estão obrigados a reproduzir, em suas Leis Maiores, o princípio da separação dos Poderes, bem como a efetivamente respeitá-lo no exercício de suas competências.

Na concretização deste princípio, a Constituição Federal previu matérias cuja iniciativa legislativa reservou expressamente ao Chefe do Poder Executivo. A Constituição Estadual, por simetria, reproduziu esse regramento, no que era cabível. Destarte, a eventual ofensa a este princípio pelo Poder Legislativo inquina o ato normativo de nulidade, por vício de inconstitucionalidade formal, em razão da indevida ingerência na esfera de competência exclusiva do Poder Executivo.

As hipóteses de desrespeito à esfera de competência de outro Poder levam à inconstitucionalidade formal[1] da Lei, impondo a declaração de nulidade total como expressão de unidade técnico-legislativa.

Essa é a lição de Gilmar Ferreira Mendes quando afirma que *"Defeitos formais, tais como a inobservância das disposições atinentes à iniciativa da lei ou*

[1] **Ementa:** AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI NO. 3.731/2009, DO MUNICÍPIO DE VIAMÃO. CRIAÇÃO DE **ATRIBUIÇÕES** A ÓRGÃO DO EXECUTIVO. MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO EXECUTIVO. VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA. AUMENTO DE DESPESAS. VÍCIO MATERIAL. FLAGRANTE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70038401840, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Arno Werlang, Julgado em 21/03/2011)

FI Nº 063/2011
Processo 063/2011

competência legislativa, levam, normalmente, a uma declaração de nulidade total, uma vez que, nesse caso, não se vislumbra a possibilidade de divisão da lei em partes válidas e inválidas" (em "Jurisdição Constitucional", Saraiva, 1998, pág. 263).

III. No caso concreto, o projeto de lei examinado, com origem no Poder Legislativo do Município de Espumoso, de fato, viola o princípio da separação dos Poderes, ao pretender o legislador dispor acerca de matéria tipicamente administrativa e organizacional do Poder Executivo, da competência exclusiva do chefe daquele Poder.

A Lei Orgânica determina a competência privativa do Prefeito Municipal para dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, competindo ao chefe do Poder Executivo dispor acerca do gerenciamento administrativo do Município, consoante se infere do julgado a seguir transcrito:

> **Relator(a):** Armando Toledo
> **Comarca:** São Paulo
> **Órgão julgador:** Órgão Especial
> **Data do julgamento:** 02/02/2011
> **Data de registro:** 15/03/2011
> **Outros números:** 990103238613
> **Ementa:** AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N° 4.354, DE 12 DE MARÇO DE 2010, DO MUNICÍPIO DE SUZANO QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE ADOÇÃO DE PRAÇAS, ÁREAS VERDES E DE ESPORTES. MATÉRIA QUE CUIDA DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA ENTRE OS PODERES. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE. Á evidência que a lei municipal questionada, embora contenha proposta louvável, invade competência privativa do chefe do Poder Executivo Municipal. Dispor sobre a instituição de programa municipal, atribuindo obrigações ao Chefe do Poder Executivo e aos órgãos municipais, é matéria referente à administração municipal.

Nesse sentido, necessário mencionar que o órgão encarregado de tratar das obras públicas é a Secretaria de Obras, e o agente competente para determinar atribuições à esta unidade administrativa é o Chefe do Executivo, ressaltando, destarte o vício no projeto telado, na medida em que a proposta, gerada no Poder Legislativo, impõe atribuições ao Poder Executivo.

FI Nº 010/2011
Processo 063/2011

IGAM INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS

IV. Por fim, mas não menos importante, necessário pontuar que a colocação de placas de identificação geraria um ônus para o Poder Público Municipal, cuja responsabilidade é do Poder Executivo, já que deste é a iniciativa para versar sobre tais determinações. Porém, como a iniciativa do projeto foi do Poder Legislativo, choca-se com o disposto no art. 63, I, da CF., por aumentar despesa em matéria privativa:

> Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:
> I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no artigo 166, §§ 3º e 4º;

V. Pelo exposto, opina-se pela inviabilidade técnica do Projeto de Lei nº 015/2011, visto que a proposição, com origem no Poder Legislativo, infringe o princípio da independência dos Poderes, ao delegar atribuições ao Poder Executivo.

A fim de evitar o arquivamento da matéria e dar continuidade a discussão, sugere-se a conversão do projeto de lei em indicação a ser enviada ao chefe do Poder Executivo, a fim de que este, entendendo conveniente e oportuno, determine a adoção da medida objeto da proposição teleda.

O IGAM permanece à disposição.

Everton M. Paim
OAB/RS 31.446
Consultor do IGAM

Fl Nº 011/2011
Processo 063/2011

PARECER

Nº 1140/2011[1]

- PG – Processo Legislativo. Lei Municipal que estipula a obrigação de afixar placas informativas das obras municipais. Comentários.

CONSULTA:

A Consulente requer Parecer quanto à Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que visa tornar obrigatória a afixação de placas informativas nas obras municipais.

RESPOSTA:

A Carta Magna dispõe, em seu art. 37, § 1º, que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social. Vejamos:

> "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também ao seguinte:
>
> (...)
>
> § 1º. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos."

[1]PARECER SOLICITADO POR JOSÉ MARCOS DE SOUZA,PRESIDENTE - CÂMARA MUNICIPAL (HOLAMBRA-SP)

Fl Nº 012/2011
Processo 063/2011

O dispositivo mencionado faz referência direta às obras públicas, de modo que é notória a necessidade de a Administração informar à população sobre suas características fundamentais, sejam as obras realizadas diretamente pelos órgãos administrativos ou mediante a contratação de empresa privada via processo de licitação.

Além da publicação dos atos da Administração no diário oficial ou em jornal de circulação local, é comum o procedimento de fixar placas indicativas nos locais da obra pública. Essa medida mostra-se perfeitamente adequada com o objetivo final do princípio da publicidade que é dar transparência aos atos da Administração Pública.

Igualmente, é certo não haver óbice legal para a existência de cláusula expressa nesse sentido na Minuta Padrão de Contratação com o Município, podendo ainda ser o caso de reformular a redação da lei para incluir que "O custeio da colocação das placas correrá por conta daquele que executar a obra, devendo tal previsão constar no edital". Ou seja, o particular ao aceitar concorrer em procedimentos licitatórios no âmbito do Município estaria aceitando expressamente arcar com tal encargo.

Independentemente de se tratar de obra pública devem ser observadas as regras pertinentes exaradas pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronômia na Resolução nº 15, de 21/07/1937, que dispõe da seguinte forma:

> "1 - Enquanto durarem as construções ou instalações de serviços de engenharia ou arquitetura, de qualquer natureza, é obrigatória a afixação de placas em lugar bem visível ao público, contendo, perfeitamente legíveis, os nomes dos profissionais responsáveis pelo projeto, construção ou instalação, e a indicação dos seus títulos de formatura, bem como a de seus escritórios.
>
> 2 - É vedada a afixação de placas com nomes de firmas ou empresas construtoras ou instaladoras sem que delas constem os nomes dos profissionais habilitados e registrados, devendo

Fl Nº 013/2011
Processo 063/2011

estes últimos ser inscritos em letras do mesmo tipo e cor e de tamanho não inferior ao da maior letra que a placa contiver.

3 - Cada obra deverá ter uma ou mais placas, constando os nomes de todos os profissionais intervenientes, com os respectivos títulos e escritórios.

4 - No caso do autor do projeto ser o executor da construção poderá ser o seu nome inscrito uma só vez, acompanhado porém da indicação PROJETO E CONSTRUÇÃO -;

5 - As dimensões e as demais indicações das placas serão reguladas pelas posturas municipais. Onde não as houver, as dimensões mínimas das placas serão de 0,60 X 1,20.

6 - Quando o profissional não for diplomado, deverá a placa conter mais, de modo bem legível a inscrição: LICENCIADO".

Contudo, a redação do Projeto de Lei merece maior cuidado, não podendo ser aprovado do jeito em que se encontra. Isso porque, o art. 2º do Projeto de Lei ao mesmo tempo em que visa vincular a Administração, mesmo em obras realizadas diretamente pela Prefeitura, a colocar as sobreditas placas, estabelece em seu inciso VI o requisito "Nome ou razão social da empresa vencedora da licitação, responsável pela obra", o que obviamente não é adequando em se tratando de execução direta da obra.

Por sua vez, o art. 4º do Projeto de Lei repete disposição no mesmo sentido de que "As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta da empresa vencedora da licitação".

Como já dito, nada impede que haja disposição expressa no sentido de vincular a Administração, mesmo em obras realizadas diretamente, a colocar tais placas. Contudo, nesse caso deve haver um dispositivo em separado com os dizeres apropriados ao caso, que certamente não são os mesmos constantes dos incisos do art. 2º do Projeto de Lei.

Fl Nº 014/2011
063/2011
Processo

Concluindo: a propositura em tela é constitucional e atende ao princípio da publicidade e da transparência dos atos administrativos. Contudo, merece ser aperfeiçoada para corrigir as impropriedades acima apontadas.

É o parecer, s.m.j.

Jaber Lopes Mendonça Monteiro
Assessor Jurídico

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2011.

Fl Nº 015/2011
Processo 063/2011

PARECER JURÍDICO

Considerando o Projeto de Lei nº 15 de 10 de maio de 2011, apresentado pelo Legislativo, no que diz respeito a sua eficácia, validade jurídica e possibilidade de implantação;

Considerando que para melhor orientação desta Casa de Leis, foi requerido pareceres junto ao IBAM e IGAM;

Considerando o teor dos pareceres, que emitiram posição antagônicas ao projeto, sendo o do IBAM favorável, e do IGAM desfavorável, sob o prisma de estar invadindo atribuições do Poder Executivo, não pode prosperar este projeto de Lei, sugerindo que o mesmo tramite como indicação;

Considerando o princípio da publicidade e da transparência dos atos administrativos, estabelecidos na CF, em especial no § 1º - artigo 37;

Considerando que não existe vício de iniciativa, inconstitucionalidade, mas sim ato de fiscalização das obras públicas, por meio da devida publicidade;

Considerando que a tese ventilada no parecer do IBAM, se coaduna com o entendimento deste Diretor, sendo desnecessário repetir aquelas fundamentações, que passo a adotar, na íntegra, em meu parecer;

Considerando necessário as correções sugeridas no parecer do IBAM, que adoto em meu parecer;

Considerando não concordar com a tese do parecer do IGAM, posto que radicaliza sua posição, se esquecendo da Lei Maior - CF, que estabelece a Publicidade e Transparência dos atos Públicos em geral, não ferindo, o referido projeto de Lei, preceito constitucional;

Considerando o que determina o incisos I e II do artigo 30 e artigo 31, ambos da CF e ainda, por não ferir o artigo 61, do mesmo diploma legal, parágrafos e incisos seguintes;

Concluí-se que o referido projeto é legal, devendo após a correções, sugeridas no parecer do IBAM, que adota como necessárias, ser reenviado para as Comissões, e com base neste parecer, ser aprovado e enviado para o plenário para votação final e, possível aprovação, posto sua total viabilidade, constitucionalidade, amparo legal e forma de se fazer aplicar, no Município da Estância Turística de Holambra, as normas eficazes de publicidade e transparência dos atos públicos, adotados neste Projeto de Lei.

S.M.J., é o parecer.

Estância Turística de Holambra, aos 16 de junho de 2.011.

ROBERTO LAFFYTHY LINO
DIRETOR JURÍDICO

Fl Nº 016/2011
Processo 063/2011

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Em análise ao **Projeto de Lei nº 015/2011 de autoria da Vereadora Naiara Regitano Hendrikx,** nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifestam:

1) DO OBJETO:

O presente Projeto de Lei, tem por objeto, o seguinte:"***DISPÕE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS".***

2) DO RELATÓRIO:

O Nobre Vereador MARIO LUIZ SITTA, Relator do parecer da respectiva Comissão apresenta a seguinte conclusão:

a) da legalidade: a proposição é legal, pois, segue a competência de iniciativa privada em conformidade com a LOM, artigo 40, combinado com o artigo 61 da Constituição Federal, sendo ainda, possibilitado ao Município, legislar sobre assuntos de seu interesse consoante prevê o inciso I, do artigo 30 da C.F., estando o projeto em termos de legalidade.
Pelos motivos acima, e por não haver nenhuma objeção, o parecer deste relator é favorável à proposição, em termos de legalidade, visto que o mesmo obedece todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.

b) da conveniência e oportunidade: a proposição é conveniente e oportuna pelos próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada no Projeto de Lei.

3) DECISÃO DAS COMISSÕES:

Em análise ao projeto apresentado, e em consonância com o relatório do Vereador Relator do Parecer, decide a Comissão competente, por **EXARAR PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº015**, e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 6 de junho de 2011.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
20 / 06 / 2011
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra S P

FI Nº 017/2011
063/2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Cont.Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº015/2011

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Vice-Presidenta

APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA
Vereador/Secretário

LIDO EM SESSÃO
DE
20 / 06 / 2011
PRESIDENTE

FI Nº 018/2011
063/2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Em análise ao **Projeto de Lei nº 015/2011, de autoria da Vereadora Naiara Regitano Hendrikx,** nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifestam:

1) DO OBJETO:

O presente Projeto de Lei, tem por objeto, o seguinte:***"DISPÕE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS".***

2) DO RELATÓRIO:

O Nobre Vereador **WILSON BARBOSA**, Relator do parecer da respectiva Comissão apresenta a seguinte conclusão:

b) da conveniência e oportunidade: a proposição é conveniente e oportuna pelos próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada no Projeto de Lei.

3) DECISÃO DA COMISSÃO:

Em análise ao projeto apresentado, e em consonância com o relatório do Vereador Relator do Parecer decide a Comissão competente, por **EXARAR PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 015/2011**, e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 6 de junho de 2011.

ANDREZA ESPERANÇA
Vereadora/Presidenta

WILSON BARBOSA
Vereador/Vice-Presidente

JOSÉ BENEDITO DE SOUZA
Vereador/Secretário

LIDO EM SESSÃO
DE
20 / 06 / 2011
PRESIDENTE

Fl Nº 019/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO, PLANEJAMENTO, USO E OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO.

Em análise ao **Projeto de Lei nº 015/2011, de autoria da Vereadora Naiara Regitano Hendrikx,** nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifesta:

1) O presente Projeto de Lei tem por objeto, o seguinte:***"DISPÕE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS".***

2) DO RELATÓRIO:

a) DA CONVÊNCIA E OPORTUNIDADE: a proposição é conveniente e oportuna pelos próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada no Projeto de Lei.

3) DECISÃO DO RELATOR:

Em análise ao presente projeto apresentado e em consonância com o relatório apresentado pelo relator decide essa comissão competente, por EXARAR emissão do **PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei,** e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 6 de junho de 2011.

ASTÉRIO PINTO FILHO
Vereador/Presidente

JOSÉ BENEDITO DE SOUZA
Vereador/Vice-Presidente

DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA
Vereador/Secretário

LIDO EM SESSÃO
DE
20 / 06 / 2011
PRESIDENTE

FI Nº 020/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
15ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO

DATA: *20/06/2011, ÀS 19 HORAS.*

PROPOSITURA: *PROJETO DE LEI Nº. 015/2011.*

ASSUNTO: *DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS.*

NOME	SIM/NÃO	ASSINATURA	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
ANDREZA ESPERANÇA	S		
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	S		
ASTÉRIO PINTO FILHO	A		
DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA	S		
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	S		
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	no exercício da Presidência		
MARIO LUIZ SITTA	S		
NAIARA REGITANO HENDRIKX	S		
WILSON BARBOSA	S		

VOTOS FAVORÁVEIS: 07

VOTOS CONTRÁRIOS: 00

ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: 01

RESULTADOS: Aprovado

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

FI Nº 021/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

EMENDA ADITIVA Nº. 01 AO PROJETO DE LEI Nº. 015/2011, DE INICATIVA DA VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX.

No Artigo 2º., acrescente-se o seguinte § 1º, com a redação que segue, renumerando-se os demais.

FI Nº 022/2011
063/2011
Processo

Art. 2º. ...

I - ...

"§ 1º. – Fica excetuada a obrigação contida no Inciso VI, quando se tratar de obra realizada diretamente pelo poder público municipal".

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda é elaborada atendendo sugestão feita pelo IBAM, conforme consta do parecer emitido ao projeto em tela, anexado à este processado.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 15 de junho de 2011.

VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX

APROVADO
FAVORÁVEIS 07
CONTRÁRIOS 00
ABSTENÇÕES 09
20/06/2011
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
20/06/2011
PRESIDENTE

Recebi em 16 de junho de 2011
JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 01965/2011
Data: 16/06/2011 Hora: 16:24:00
Procedência: CÂMARA MUNICIPAL
Assunto: EMENDA ADITIVA Nº001 AO PRJ. DE LEI Nº015/2011. VER. NAIARA.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
15ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO

DATA: *20/06/2011, ÀS 19 HORAS.*

PROPOSITURA*: EMENDA ADITIVA Nº. 001/2011.*

ASSUNTO: ADICIONA § 1º AO ARTIGO 2º AO PL Nº015/2011.

NOME	SIM/NÃO	ASSINATURA	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
ANDREZA ESPERANÇA	S		
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	S		
ASTÉRIO PINTO FILHO	A		
DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA	S		
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	S		
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	No exercício da Presidência		
MARIO LUIZ SITTA	S		
NAIARA REGITANO HENDRIKX	S		
WILSON BARBOSA	S		

VOTOS FAVORÁVEIS: 07

VOTOS CONTRÁRIOS: 00

ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: 03

RESULTADOS: Aprovada

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

FI Nº 023/2011
063/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

EMENDA ADITIVA Nº. 02, AO PROJETO DE LEI Nº. 015/2011, DE INICATIVA DA VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX.

No final do Artigo 4º., acrescente-se as seguintes expressões:

" ..., salvo quando a obra for realizada diretamente pelo poder público municipal".

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda é elaborada atendendo sugestão feita pelo IBAM, conforme consta do parecer emitido ao projeto em tela, anexado à este processado.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 15 de junho de 2011.

VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX

LIDO EM SESSÃO
DE
20 / 06 / 2011
PRESIDENTE

APROVADO
FAVORÁVEIS 07
CONTRÁRIOS 00
ABSTENÇÕES 00
20 06 2011
PRESIDENTE

FI Nº 024/2011
Processo 063/2011

Recebi em 16 de junho de 2011
JOSE MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 01966/2011
Data: 16/06/2011 Hora: 16:27:00
Procedência: CÂMARA MUNICIPAL
Assunto: EMENDA ADITIVA Nº002 AO PROJ. DE LEI Nº015/2011, VER. NAIARA.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
15ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO

DATA: *20/06/2011, ÀS 19 HORAS.*

PROPOSITURA*: EMENDA ADITIVA Nº. 002/2011.*

ASSUNTO: ACRESCENTA EXPRESSÃO NO ARTIGO 4º AO PL Nº015/2011.

NOME	SIM/NÃO	ASSINATURA	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
ANDREZA ESPERANÇA	S		
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	S		
ASTÉRIO PINTO FILHO	A		
DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA	S		
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	S		
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	No exercício da Presidência		
MARIO LUIZ SITTA	S		
NAIARA REGITANO HENDRIKX	S		
WILSON BARBOSA	S		

VOTOS FAVORÁVEIS: 07

VOTOS CONTRÁRIOS: 00

ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: 01

RESULTADOS: Aprovada

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

FI Nº 025/2011
063/2011
Processo

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Câmara Municipal, em 21 de junho de 2011.

Ofício nº. 042/2011

Assunto: *Encaminha Autógrafo*

Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal,

Com os meus respeitosos cumprimentos, na qualidade de Presidente Desta Casa de Leis, em cumprimento as normas regimentais, tenho a satisfação de, pelo presente encaminhar a Vossa Excelência, para as providências necessárias, o seguinte autógrafo:

Autógrafo nº. 017/2011, oriundo do Projeto de Lei nº. 015/2011, de iniciativa da Vereadora Naiara Regitano Hendrikx.

O referido projeto foi apreciado, deliberado e regularmente aprovado, na Sessão Ordinária, realizada em 20 de junho de 2011, neste Legislativo, gerando o autógrafo acima descrito.

Sem mais para o momento, reitero nossos votos de respeito e consideração.

Cordialmente.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

PROTOCOLO
Prefeitura Municipal Est. Tur. Holambra
N.º da Ordem 2475/2011
Fls. nº _____ Livro nº _____
Data da entrada 22 de junho de 2011

A Sua Excelência a Senhora,
MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeitura Municipal
Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 026/2011
063/2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº. 017/2011
PROJETO DE LEI Nº. 015/2011

"DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS"

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- *Fica instituída a obrigatoriedade de afixação de placas informativas nas obras públicas executadas pela administração pública direta, indireta ou por empresa particular contratada pelo Poder Público, para este fim.*

Artigo 2º- *As placas de identificação de construção de obras públicas, de que trata o artigo anterior, que são instaladas por ocasião da realização das obras, deverão conter obrigatoriamente as seguintes informações:*

I- Finalidade da obra e seu tipo (construção, reforma ou ampliação);

II- Data de inicio e prazo previsto para o término da obra;

III - Identificação da origem dos recursos financeiros para execução da obra, se o mesmo é Municipal, Estadual e ou Federal;

IV- Custo total da obra;

V- Área total de construção;

VI- Nome ou razão social da empresa vencedora da licitação, responsável pela obra;

VII- Nome do engenheiro responsável pela obra;

VIII - Brasão do Município.

§ 1º- *Fica Executada a obrigação contida no Inciso VI, quando se tratar de obra realizada diretamente pelo Poder Público Municipal.*

§ 2º- *Nas placas não poderá conter, nomes, imagens, símbolos, marcas ou qualquer tipo de efeito publicitário que evidencie propaganda pessoal dos agentes do Poder Público.*

§ 3º- *Quando for necessário poderá ser empregada uma mensagem que vise à conscientização ambiental positiva no entorno da obra pública, utilizando – se para isso placa de sinalização e aviso com medidas de 0,60x1,00 metros.*

Fl Nº 027/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Artigo 3º- *No caso de obras a serem realizadas em ruas, avenidas ou estradas, com mais 100 (cem) metros de comprimento, as placas deverão ser colocadas no inicio e no fim do local onde se realizará a obra, em local de grande visibilidade.*

§ 1º- *As placas deverão ser afixadas dentro dos limites dos canteiros de obras, devendo as mesmas serem visíveis a uma distância de pelo menos 30 (trinta) metros.*

§ 2º- *As placas informativas deverão ter dimensões mínimas de 2,40 x 1,50 metros e permanecerá afixada no local desde o primeiro dia do inicio da obra e permanecer por pelo menos 30 (trinta) dias após sua conclusão.*

§ 3º- *Esta Lei será aplicada as novas obras e as obras que sejam reiniciadas por meio de novo processo licitatório.*

Artigo 4º- *As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta da empresa vencedora da licitação, salvo quando a obra for realizada diretamente pelo Poder Municipal.*

Artigo 5º- *Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Sala das Sessões "Vereador Aparício de Almeida", 10 de maio de 2011.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 21 de junho de 2011.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Vice-Presidente

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

ANDREZA ESPERANÇA
Vereadora/2ª Secretária

FI Nº 028/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
CNPJ 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

Recebi em 14 de 07 de 2011
JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Ofício n° 155/2011 – GPM

Holambra, 06 de Julho de 2011.

Senhor Presidente, venho, pelo presente, encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, as **Razões do Veto** ao Projeto de Lei nº 015/2011, aprovado por esta Colenda Câmara Municipal.

Sendo o que tinha para o momento, aproveito para apresentar meus votos de estima e consideração.

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 07 / 2011
PRESIDENTE

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 02024/2011
Data: 14/07/2011 Hora: 10:02:00
Procedência: PODER EXECUTIVO
Assunto: OFÍCIO Nº155/2011 GPM, VETO AO PROJ. DE LEI Nº015/2011.

AO ILMO. SR. PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA

Fl Nº 029/2011
063/2011
Processo

G.P. 14/7/2011
1) Ciente
2) à secretaria p/as providências regimentais.

DESPACHO

GP em 14 de julho de 2011

1) Ciente,
2) Cópia aos Vereadores;
3) Encaminhe-se à Comissão competente para manifestação no prazo regimental

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Fl Nº 030/2011
Processo 063/2011

Processo
Fl Nº

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
CNPJ 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

RAZÕES DO VETO AO PROJETO DE LEI N° 015/2011

SENHOR PRESIDENTE

NOBRES VEREADORES

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar o recebimento do Autógrafo nº 017/2011, do Projeto de Lei nº 015/2011, o qual **"DISPÕE SOBRE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS"**, cuja segunda via restituo-lhe com o seguinte pronunciamento.

Conquanto o nobre escopo do projeto apresentado pela Nobre Vereadora a esta Egrégia Casa de Leis, comunico a Vossa Excelência que, nos termos do artigo 66, §1º da Constituição Federal c.c. art. 46 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, **DECIDI VETAR INTEGRALMENTE, POR CONTRARIAR O INTERESSE PÚBLICO E EM RAZÃO DE VÍCIOS DE INICIATIVA, INCONSTITUCIONALIDADE E DE ILEGALIDADE** que o acometem, que a seguir expomos:

O Projeto de Lei em apreço tem por objetivo a obrigatoriedade de afixação de placas informativas nas obras publicas executadas pela Administração Publica direta, indireta ou por empresa particular contratada Pelo Poder Público.

Em que pese as argumentações trazidas pela nobre edil, essa busca legislar em matéria que não é de competência dos vereadores ou do Poder Legislativo.

Ressalte-se que a Constituição da República outorga ao Chefe do Poder Executivo, em caráter de exclusividade, a prerrogativa de deflagrar o processo legislativo de leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica e que fixem ou aumentem a sua remuneração, organização administrativa; matéria tributária e orçamentária; serviços públicos; criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administrativa pública, entre outros. É o que está expresso nas alíneas do inciso II, § 1º do art. 61, da Carta Política.

Cabe ressaltar, que a Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, nos incisos do art. 42, reforçou a privatividade do Chefe do Poder Executivo Municipal, para a iniciativa de leis, que

Fl Nº 031/2011
Processo 063/2011

disponham sobre a matéria avençada, acolhendo em seu texto o disposto no art. 61, § 1º, II, da Carta Política.

Assim, observa-se que o presente Projeto de Lei representa evidenciada invasão da competência reservada ao Poder Executivo Municipal, violando o princípio da independência e harmonia entre os Poderes, como faz a regra o art. 2º, da Constituição Federal.

Como se vê, o objeto da proposição contém disposição que fere o princípio constitucional da independência e harmonia entre os Poderes, não cabe ao Poder Legislativo interferir na esfera de atuação do Poder Executivo.

Ao se criarem atribuições a determinado órgão integrante da estrutura do Poder Executivo, a Câmara Municipal acaba por interferir na esfera de atuação do Poder Executivo, comportamento, este que não se coaduna com princípo da harmonia e independência entre os Poderes (art. 2º da CF/88). A cada Poder, portanto, somente é lícito atuar dentro da alçada de sua competência.

Daí porque se, de fato, assim proceder, inobservará, ainda o Legislativo os princípios informadores do processo legislativo, previstos nos arts. 60 a 69 da Carta Federal, entre os quais nos reportamos ao disposto no art. 61, § 1º, II, *e*, que prevê ser de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo local a iniciativa das leis que versem sobre **criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública**.

O renomado Professor Hely Lopes Meirelles, comenta o assunto:

> *"Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre matéria financeira; criem cargos, funções ou empregos; fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens de servidores, ou disponham sobre o seu regime funcional;* ***criem ou aumentem despesas, ou reduzam a receita municipal****.*
>
> *"Se a Câmara, desatendendo à privatividade do Executivo para esses projetos, votar e aprovar leis sobre tais matérias, caberá ao prefeito vetá-las, por inconstitucionais. Sancionadas e promulgadas que sejam, nem por isso se nos afigura que convalesçam do*

Fl Nº 032/2011
Processo 063/2011

vício inicial, porque o Executivo não pode renunciar prerrogativas constitucionais, inerentes às suas funções, como não pode delegá-las ou aquiescer em que o Legislativo as exerça.

"A exclusividade de iniciativa de certas leis destina-se a circunscrever (não a anular) a discussão e votação do projeto à matérias propostas pelo Executivo. Nessa conformidade, pode o Legislativo apresentar emendas supressivas e restritivas, não lhe sendo permitido, porém, oferecer emendas ampliativas, porque estas transbordam da iniciativa do Executivo (Direito Municipal Brasileiro, 6. ed., Malheiros, 1993, p. 541 e 542) [sem grifo no original.

Ainda que assim não o fosse, materialmente a lei em comento também padece de inconstitucionalidade.

Como se vê, o objeto da proposição cria para o Executivo uma obrigação de fazer relacionada com a afixação de placas na forma nela prevista, nas obras publicas. Por essa razão, o projeto acaba por invadir a esfera de competência privativa do Executivo, fato este que configura a inconstitucionalidade por vicio formal de iniciativa, o que vicia sua constitucionalidade, por violar os arts. 2º; 61, § 1º, II,"e"; e 84, III, da Constituição.

Com o propósito de consagrar o princípio da transparência dos atos e contratos da Administração Pública, a Constituição da República conferiu ao Poder Legislativo, em igual patamar de importância a de sua histórica função legislativa, a prerrogativa de fiscalizar as ações governamentais do Executivo e, para viabilizar o pleno exercício dessa missão, fixou-lhe competência para exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração mediante controle externo, com auxílio do Tribunal de Contas, como se depreende da leitura dos arts. 70 a 74.

As atribuições do Legislativo para a fiscalização e controle dos atos da Administração também são objeto do disposto no art. 49, X da Lei Maior. Nela se verifica caber ao Legislativo o poder-dever de exercer diretamente a função fiscalizadora sobre os atos do Executivo, inclusive no âmbito da Administração indireta.

Na esfera municipal, a Constituição, em seu art. 29, determina que o Município será regido por Lei Orgânica, devendo-se, todavia, atender os princípios nela fixados. É, então, a Lei Orgânica o documento hábil para prever e disciplinar a função fiscalizadora do Legislativo local, observados, contudo, os parâmetros constitucionais estabelecidos, dentre os quais releva destacar:

Fl Nº 033/2011
Processo 063/2011

"Art. 29. (...)
(...)
*XI - organização das funções legislativas e **fiscalizadoras** da Câmara Municipal;*
(...)

*Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, **mediante controle externo**, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.*
(...)
*§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre **as contas que o Prefeito deve anualmente prestar**, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.*
*§ 3º **As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade**, nos termos da lei." (grifou-se)*

Em sede infraconstitucional, verifica-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000), também ressaltou a exclusividade do exercício do controle interno atribuída a cada Poder, como previsto em seu art. 59.

Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que a função fiscalizadora do Legislativo deverá ser exercida através de controle externo, desenvolvendo-se dentro de limites previamente estabelecidos pela Constituição Federal.

O poder fiscalizador do qual dispõe o Legislativo, portanto, não pode ser utilizado fora dos parâmetros já indicados tanto pela Constituição, quanto pela Lei Orgânica do Município. Se de outra forma fosse, estaria ferindo o princípio da independência e harmonia dos Poderes, constitucionalmente consagrado.

As considerações aqui tecidas conduzem à conclusão de que além de dispendiosa, carece de base constitucional a exigência de confecção e afixação de enormes placas em canteiros de obras públicas para informar dados contratuais e orçamentários do empreendimento, por constituir medida que caracteriza forma de prestação de contas que extrapola os parâmetros estabelecidos na Constituição, em particular os comandos dos arts. 30, III; 31 §§ 2º e 3º; e 165, § 3º.

Cabe lembrar que ofende o princípio da separação e independência dos Poderes a iniciativa legislativa de **organizar as atividades administrativas do Executivo**, papel este que cabe ao Prefeito, consectário de seu poder de administrar o Município.

Fl Nº 034/2011
063/2011
Processo

Isso indubitavelmente fere, além da moralidade, os princípios básicos da Administração Pública, como o da razoabilidade e proporcionalidade.

Além disso, verifica-se que não existe qualquer estudo de impacto orçamentário-financeiro decorrente do projeto de Lei apresentado pela Nobre Vereadora, que impõe ao Poder Publico e aos seus contratados o dever de colocação de placas, certamente será acrescido ao valor da proposta e conseqüentemente será pago pelo Município, mesmo quando a obra for realizada por empresa contratada, resultando no aumento de despesa para o Município, conforme determina o a Lei Complementar nº 101/00 (Arts. 16 e 17).

Neste sentido, de acordo com artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n° 101/00), *a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário.*

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei nº 015/2011, quais sejam, os vícios de inconstitucionalidade, vicio de iniciativa e de ilegalidade que o maculam, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Nobres Edis.

Sendo o que tinha a tinha para o momento, aproveito para apresentar meus votos de estima e consideração

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 07 / 2011
PRESIDENTE

Atenciosamente.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

AO EXMO. SENHOR PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA

Fls. Nº 035 / 2011
063 / 2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Secretaria da Câmara Municipal, em 16 de maio de 2011.

À COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO, PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO.

Em cumprimento ao artigo 232, da Resolução nº. 11/94 (Regimento Interno) encaminho ***"PROJETO DE LEI Nº. 015/2011, QUE DISPÕE SOBRE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS".*** *para exame que para exame e emissão do respectivo parecer.*

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 82, inciso "VI", do Regimento Interno.

Holambra, 16 de maio de 2011.

VEREADOR ASTÉRIO PINTO FILHO
Presidente da Comissão de Obras, Serviços Públicos; Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo; Planejamento, Uso, Ocupação e parcelamento do Solo.

V I S T A

Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 82, inciso VI, do Regimento Interno, designo para Relator o Projeto de Lei nº. 015/2011, o Vereador Donizetti Fernandes de Almeida.

Recebi em 16 de maio de 2011, os autos em referência.

Vereador _____
Relator Designado da Comissão de Obras.

Fl Nº 036 / 2011
063 / 2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Secretaria da Câmara Municipal, em 16 de maio de 2011.

Á COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Em cumprimento ao artigo 232, da Resolução nº. 11/94 (Regimento Interno) encaminho o ***Projeto de Lei nº015/2011"DISPÕE SOBRE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS".*** *para exame e emissão do respectivo parecer.*

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 82, inciso "VI", do Regimento Interno.

Holambra,16 de maio de 2011.

VEREADOR MARIO LUIZ SITTA
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

V I S T A

Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 82, inciso VI, do Regimento Interno,designo para relator do Projeto de Lei nº015/2011, o Vereador Aparecido Lopes da Silva Lemo

Recebi 16 de maio de 2011, os autos em referência.

Vereador _____
Relator Designado da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

FI Nº 037/2011
063/2011
Processo

Câmara Municipal Turística de HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Secretaria da Câmara Municipal, em 16 de maio de 2011.

À COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.

Em cumprimento ao artigo 232, da Resolução nº. 11/94 (Regimento Interno) encaminho ***Projeto de Lei nº015/2011" DISPÕE SOBRE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS".*** *para exame o para exame e emissão do respectivo parecer.*

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 82, inciso "VI", do Regimento Interno.

Holambra, 16 de maio de 2011.

VEREADORA ANDREZA ESPERANÇA
Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

V I S T A

Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 82, inciso VI, do Regimento Interno, designo para Relator do Projeto de Lei nº 015/2011, José Benedito de Souza.

Recebi em 16 de maio de 2011, os autos em referência.

Vereador José B Souza
Relator Designado da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Fl Nº 038 / 2011
Processo 063 / 2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Secretaria da Câmara Municipal, em 18 de julho de 2011.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

*Em cumprimento ao artigo 232, da Resolução nº. 11/94 (Regimento Interno) encaminho o VETO AO PROJETO DE LEI Nº015/2011"**DISPÕE SOBRE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS",** para exame e emissão do respectivo parecer.*

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 82, inciso "VI", do Regimento Interno.

Holambra, 18 de julho de 2011.

VEREADOR MARIO LUIZ SITTA
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

V I S T A

*Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 82, inciso VI, do Regimento Interno, designo para relator do **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N. 015/2011**, o Vereador **MARIO LUIZ SITTA.***

Recebi 18 de julho de 2011, os autos em referência.

Vereador _____
Relator Designado da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Fl Nº 039/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

PARECER JURÍDICO

Considerando o Projeto de Lei nº 15 de 10 de maio de 2011, apresentado pelo Legislativo, no que diz respeito a sua eficácia, validade jurídica e possibilidade de implantação;

Considerando que foi requerido pareceres junto ao IBAM e IGAM, para melhor orientação sobre o assunto;

Considerando o Parecer Jurídico já apresentado pelo Diretor Jurídico desta Casa de Leis, o qual se coaduna com o entendimento desta Procuradora, que passo a adotar em seu inteiro teor neste parecer;

Considerando, ainda, que foram feitas as correções necessárias e sugeridas;

Considerando, por fim, o VETO INTEGRAL da Prefeita Municipal, Senhora Margareti Rose de Oliveira Groot;

Venho, por meio deste, tecer meus comentários a respeito da questão.

Quanto à legalidade do Projeto de Lei não há discussão, tendo em vista que encontra respaldo legal no artigo 37, § 1º da Constituição Federal, traduzindo o princípio da publicidade e transparência dos atos públicos. Além disso, está de acordo com o que determina os artigos 30 e 31 do mesmo diploma legal, e, ainda, não ferindo o artigo 61, também da CF.

Ora, o que o Poder Executivo questiona em seu veto é o vício de iniciativa e inconstitucionalidade, ponderando que tal projeto de lei versa sobre "criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública", invadindo a competência do executivo para legislar sobre o assunto, e, ainda, ferindo os princípios da harmonia e independência dos poderes, previstos no artigo 2º da Constituição Federal.

Tais argumentos não merecem prosperar, pois a razão do presente Projeto de Lei é a ação fiscalizadora da vereança, que tem o dever de atuar em defesa dos interesses da coletividade que os elegeram como seus representantes. Não busca tal projeto querer criar obrigação de fazer ao Executivo, mas *apenas* busca garantir a publicidade e transparência dos atos públicos, além de permitir que os próprios munícipes conheçam os atos e fiscalize-os.

Ademais, o Projeto de Lei, ora em discussão, não invade a competência do executivo, pois encontra respaldo na Lei Orgânica do Município, em seu Artigo 16, inciso XVI, que segue:

"Artigo 16 - Compete privativamente à Câmara exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

(...)

Fl. nº 040/2011
063/2011
Processo

XVI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta;

(...)"

E ainda:

"Artigo 48 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município inclusive das entidades de administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade,aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em Lei.

(...)

§ 2º- O controle externo a cargo da Câmara, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ou órgão equivalente a que for atribuída essa incumbência, e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento de atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos."

No veto há ainda o argumento de que a fiscalização do Legislativo deve ser exercida somente através do controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas, conforme determina nossa Lei Orgânica e Constituição Federal.

Em que pese a argumentação, não entendemos que a função de fiscalizar da Câmara Municipal deva ser feita somente por pareceres do Tribunal de Contas, buscando apenas identificar os responsáveis por algum ato contrário às leis ou ao interesse público. A função de fiscalizar visa ao controle de todos os atos públicos, e para contribuir de forma efetiva à população, o controle precisa atuar de forma concomitante às diversas etapas de qualquer ato, procurando detectar qualquer desvio ou vício em tempo compatível com a introdução oportuna das devidas correções que se fizerem necessárias.

Vejamos, conceitualmente, as lições do mestre De Plácido e Silva, ao esclarecer os termos da palavra "Vereador". Segundo o douto mestre, "designa a pessoa que é colocada para vigiar, ou cuidar do bem e dos negócios do povo, ditando as normas necessárias a esse objetivo". (SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico, V. 4, 12ª edição, Forense, 1993, p. 480.).

Neste sentido, tal lição só corrobora com a finalidade maior do Projeto de Lei, que é a possibilidade de fiscalizar, de cuidar do bem público.

Diante de todo o exposto, **concluí-se** que o referido projeto é legal, tendo em vista que abrange a competência fiscalizadora da Câmara Municipal, e visa atender os princípios da transparência e publicidade dos atos públicos, princípios esses de suma importância ao interesse público e de toda a população.

Fls. nº 041/2011
063/2011
Processo

Assim, com base neste parecer, o referido Projeto deve ser reenviado para a análise das Comissões, com posterior envio ao Plenário para votação final, e possível aprovação, tendo em vista sua total constitucionalidade e amparo legal, visando tão somente aplicar os princípios constitucionais da transparência e publicidade dos atos públicos da Estância Turística de Holambra.

Esse, S.M.J. , é o parecer.

Estância Turística de Holambra, aos 15 de agosto de 2011.

Aline Flaviane dos Santos Rosa
OAB/SP 299.268
Procuradora Jurídica

Fl. nº 042/2011 LA
A-063/2011
Processo

PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, AO VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº015/2011 DE AUTORIA DA VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX.

Em análise ao VETO aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 015/2011, de autoria da Nobre Vereadora Naiara Regitano Hendrikx, que "DISPÕE SOBRE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS", nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifesta:

1) DO OBJETO:

O presente Projeto de Lei tem por objeto, o seguinte: "**DISPÕE SOBRE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS**".

2) DO RELATÓRIO:

O Nobre Vereador Mario Luiz Sitta, Relator do parecer da respectiva Comissão apresenta a seguinte conclusão:

a) da legalidade: a proposição de autoria da Vereadora Naiara Regitano Hendrikx, é legal, tendo em vista que encontra respaldo no artigo 37, § 1º da CF, traduzindo os princípios da publicidade e transparência, além de estar de acordo com os artigos 30 e 31, e não ferindo o artigo 61, também da CF. Possui também respaldo na Lei Orgânica do Município, em seus artigos 16 e 48. Já discutido e aprovado pelo Plenário, não houve indagação quanto à sua legalidade.
Pelos motivos acima e por não haver nenhuma objeção ao projeto, o parecer deste relator é Contrário ao Veto, em termos de legalidade, visto que o projeto obedeceu todos os requisitos legais indispensáveis para a sua aprovação.

b) da conveniência e oportunidade: a proposição é conveniente e oportuna pelos próprios termos e fundamentos contidos na justificativa do projeto, e contrário à apresentada no Veto, considerando os princípios da publicidade e transparência dos atos públicos e a competência fiscalizadora da Câmara Municipal.

3) DECISÃO DA COMISSÃO:
A finalidade do Projeto apresentado é a transparência e publicidade dos atos públicos, como forma de garantir a ação fiscalizadora da Câmara e também possibilitar aos próprios munícipes a fiscalização destes atos.
Portanto, não contraria ao interesse público e, embasados pelos pareceres emitidos pelos órgãos de assessoria e departamento jurídico desta Casa de Leis, opinamos pela rejeição pura e sumária do Veto da Senhora Prefeita ao Projeto de Lei nº. 015/2011.

LIDO EM SESSÃO
DE 05/09/2011
PRESIDENTE

Fl Nº 042/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Em análise ao Veto apresentado e em consonância com o relatório do Vereador Relator do Parecer, decide a Comissão competente, por **EXARAR PARECER CONTRÁRIO** ao **VETO APOSTO AO PL Nº 015/2011** e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 15 de agosto de 2011.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Presidente

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Vice-Presidenta

Sem Assinatura

APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA
Vereador/Secretário

Fl Nº 043 / 2011
063 / 2011
Processo

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 015/2011

☐	*SIM AO VETO TOTAL*
☒	*NÃO AO VETO TOTAL*

Fl Nº 044/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 015/2011

☐ *SIM AO VETO TOTAL*

☒ *NÃO AO VETO TOTAL*

Fl Nº 045 / 2011
063 / 2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 015/2011.

☐	*SIM AO VETO TOTAL*
☒	*NÃO AO VETO TOTAL*

Nº 046/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal de Holambra
HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 015/2011

☐	*SIM AO VETO TOTAL*
☒	*NÃO AO VETO TOTAL*

Fl Nº 047/2011

Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 015/2011.

[X] *SIM AO VETO TOTAL*

[ ] *NÃO AO VETO TOTAL*

Fl Nº 048 / 2011
063 / 2011
Processo

Câmara Municipal
HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 015/2011.

☒ *SIM AO VETO TOTAL*

☐ *NÃO AO VETO TOTAL*

Fl Nº 049 / 2011

063 / 2011

Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 015/2011

[X]	*SIM AO VETO TOTAL*
[ ]	*NÃO AO VETO TOTAL*

Fl Nº 050 / 2011
Processo 063 / 2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 015/2011

☐ *SIM AO VETO TOTAL*

☒ *NÃO AO VETO TOTAL*

Fl Nº 051 / 2011

Processo 063 / 2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 015/2011.

X	*SIM AO VETO TOTAL*
	NÃO AO VETO TOTAL

Fl Nº 052 / 2011
Processo 063 / 2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

VOTAÇÃO SECRETA
22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO

DATA: *05/09/2011, ÀS 19 HORAS.*

PROPOSITURA: *VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 015/2011*

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS.

NOME	ASSINATURA
ANDREZA ESPERANÇA	
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	
ASTÉRIO PINTO FILHO	
DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA	
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	
MARIO LUIZ SITTA	
NAIARA REGITANO HENDRIKX	
WILSON BARBOSA	

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

Fl Nº 053/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra – HOLAMBRA

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

DATA: *05/09/2011, ÀS 19 HORAS*

PROPOSITURA: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N.º 015/2011.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS.

FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS	ABSTENÇÕES
1		
	1	
1		
1		
1		
	1	
	1	
	1	
	1	

VOTOS FAVORÁVEIS: 04

VOTOS CONTRÁRIOS: 05

ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: 00

RESULTADOS: Não ao Veto total

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

Fl Nº 054 2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal de Turística de SP
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício GP nº. 115/2011

Estância Turística de Holambra, 6 de Setembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal

Tem este a finalidade de comunicar o Resultado do Veto Total ao Projeto de Lei nº. 016/2011, o qual foi apresentado e rejeitado ***EM VOTAÇÃO SECRETA*** *realizada na 22ª Sessão Ordinária do 2º Biênio da 5ª Legislatura da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 6 de setembro de 2011, nesta Casa de Leis.*

O Autógrafo nº. 018/2011, referente ao projeto acima mencionado foi encaminhado ao Executivo Municipal pelo Ofício nº. 044/2001, recebido em 05/07/2011.

Sem mais para o momento, apresentamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

PROTOCOLO
Prefeitura Municipal Es. Tur. Holambra
N.º da Ordem 3135/2011
Fls. nº _____ Livro nº _____
Data da entrada 08 de
Setembro de 20 11
RESPONSÁVEL

A Sua Excelência a Senhora
MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeitura Municipal
Estância Turística de Holambra

FI Nº 055 / 2011
Processo 063 / 2011

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

LEI Nº. 741 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra manteve, e eu, seu Presidente, nos termos do artigo 46, § 6º da Lei Orgânica Municipal, c.c. Artigo 26, Inciso II, alínea 262, § 10 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica instituída a obrigatoriedade de afixação de placas informativas nas obras públicas executadas pela administração pública direta, indireta ou por empresa particular contratada pelo Poder Público, para este fim.

Artigo 2º- As placas de identificação de construção de obras públicas, de que trata o artigo anterior, que são instaladas por ocasião da realização das obras, deverão conter obrigatoriamente as seguintes informações:

I- Finalidade da obra e seu tipo (construção, reforma ou ampliação);
II- Data de inicio e prazo previsto para o término da obra;
III - Identificação da origem dos recursos financeiros para execução da obra, se o mesmo é Municipal, Estadual e ou Federal;
IV- Custo total da obra;
V- Área total de construção;
VI- Nome ou razão social da empresa vencedora da licitação, responsável pela obra;
VII- Nome do engenheiro responsável pela obra;
VIII - Brasão do Município.

§ 1º- Nas placas não poderá conter, nomes, imagens, símbolos, marcas ou qualquer tipo de efeito publicitário que evidencie propaganda pessoal dos agentes do Poder Público.

§ 2º- Quando for necessário poderá ser empregada uma mensagem que vise à conscientização ambiental positiva no entorno da obra pública, utilizando – se para isso placa de sinalização e aviso com medidas de 0,60x1,00 metros.

Artigo 3º- No caso de obras a serem realizadas em ruas, avenidas ou estradas, com mais 100 (cem) metros de comprimento, as placas deverão ser colocadas no inicio e no fim do local onde se realizará a obra, em local de grande visibilidade.

Fl Nº 056/2011
063/2011
Processo

§ 1º- As placas deverão ser afixadas dentro dos limites dos canteiros de obras, devendo as mesmas serem visíveis a uma distância de pelo menos 30 (trinta) metros.

§ 2º- As placas informativas deverão ter dimensões mínimas de 2.40 x 1,50 metros e permanecerá afixada no local desde o primeiro dia do inicio da obra e permanecer por pelo menos 30 (trinta) dias após sua conclusão.

§ 3º- Esta Lei será aplicada ás novas obras e ás obras que sejam reiniciadas por meio de novo processo licitatório.

Artigo 4º- As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta da empresa vencedora da licitação.

Artigo 5º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de setembro de 2011.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Autor do Projeto de Lei nº015/2011: Vereadora Naiara Regitano Hendrikx.

Publicação por afixação, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDREIA PEREIRA CAMPANHA
Coordenadora Administrativa

Fl Nº 057/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

IGAM INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS

ISO 9001:2008 GESTÃO DA QUALIDADE IGAM

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2012.

Orientação Técnica IGAM nº 2.362/2012 e UVESP nº 2363.

I. O Poder Legislativo do Município de Holambra, SP, por meio da Dra. Aline Flaviane dos Santos, Procuradora Jurídica, encaminha para análise e orientação a Lei nº 742, de 12 de setembro de 2011 que dispõe sobre placas comemorativas de obras, programas ou serviços públicos municipais

II. A referida Lei foi de iniciativa de representante do Poder Legislativo.

Em que pese, extremamente meritório o seu conteúdo e a preocupação com a publicidade, a referida norma acaba por reflexamente violar a separação harmônica entre os poderes.

No mesmo sentido, colaciona-se a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça bandeirante que assim manifestou-se em situação análoga:

Relator(a): Palma Bisson
Comarca: São Paulo
Órgão julgador: Órgão Especial
Data do julgamento: 10/02/2010
Data de registro: 10/03/2010
Outros números: 0174439.0/9-00, 994.09.000561-9
Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade - Lei n° 9.888/10.05.2007, do Município de São José do Rio Preto, de iniciativa parlamentar e promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal após ser derribado o veto do alcaide, que "Dispõe sobre normatizaçao de placas de inauguração em obras públicas do município de São José do Rio Preto" - sustentada inconstitucionalidade do seu artigo 2° - não pode a Câmara, pretextando normatizar as placas de inauguração em obreas públicas do Município, impor seus dizeres. Se o faz, espalma indevidamente a Administração local. Se manda delas constar o que se previa gastar e o que foi efetivamente gasto com obra do, cria verdadeiro e inadmissível controle interno das funções administrativas do Executivo. E, se manda nelas figurar o nome dos administradores públicos do início e da conclusão do feito, viola o princípio da impessoalidade. De permeio, dispõe sobre o que demanda custos, ainda inconstitucionalmente, posto minguar indicação de como serão eles cobertos - violação aos artigos 5o, 25, 33, I a IV, 37 e 47, II, XIV, 111, 115, § Io, 144 e 150, da Constituição Estadual - ação procedente

Relator(a): Munhoz Soares
Comarca: São Paulo
Órgão julgador: Órgão Especial
Data do julgamento: 16/01/2008
Data de registro: 15/02/2008
Outros números: 1438530600, 994.06.013662-1

FI Nº 058/2011
Processo 063/2011

EDITORA NDJ LTDA.

CONSULTA/0710/2012/AP

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA – SP
At.: Dra. Aline Flaviane dos Santos Rosa

Projeto de lei – Iniciativa de vereador – Dispõe sobre placas comemorativas de obras, programas ou serviços públicos municipais – Imposição de atribuições ao Poder Executivo – Violação do princípio de separação dos poderes – Impossibilidade – Posicionamento doutrinário e jurisprudencial – Considerações.

A Administração Consulente apresenta projeto de lei, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre placas comemorativas de obras, programas ou serviços públicos municipais.

A rigor, parece-nos que a pretensão de vereador que objetiva disciplinar o expediente relacionado à colocação e retirada de placas comemorativas de obras, programas ou serviços públicos municipais ofende o princípio fundamental da separação entre os Poderes da República, conforme o disposto no art. 2º da Constituição Federal de 1988. Grife-se que a imposição de atribuições ao Executivo, com interferência na administração dos serviços daquele, afeta o equilíbrio constitucional de poderes, que não pode ser admitido.

Nesse sentido, anote-se que o projeto de lei analisado versa sobre as atribuições do Executivo municipal, matéria de iniciativa privativa do prefeito, já que a organização da sua estrutura é uma função administrativa típica, portanto, de competência do Poder Executivo, conforme mandamento constitucional insculpido na al. *b* do inc. II do art. 61 da Constituição Federal de 1988.

Acerca do assunto, ressalva o mestre Hely Lopes Meirelles:

"Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. **Nessa categoria estão as que disponham sobre** a criação, estruturação e **atribuição das secretarias, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal**; a criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta e autárquica, fixação e aumento de sua remuneração; o regime jurídico dos servidores municipais; e o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais, créditos suplementares e especiais

(...)

Se a Câmara, desatendendo à privatividade do Executivo para esses projetos, votar e aprovar leis sobre tais matérias, caberá ao prefeito vetá-las, por inconstitucionais. Sancionadas e promulgadas que sejam, bem por isso se nos afigura que convalesçam de vício inicial, porque o executivo não pode renunciar suas prerrogativas institucionais, inerentes às suas funções como não pode delegá-las ou aquiescer em que o legislativo as exerça" (cf. in *Direito Municipal Brasileiro*, 16ª ed., Malheiros, São Paulo, 2003, p. 748) (destaques nossos).

Ilustrando a nossa assertiva, colacionamos decisões de julgados que rechaçam proposições, de autoria legislativa, que impuseram determinações ao Executivo ligadas à questão da divulgação de inauguração obras. Vejamos:

"Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 9.888/10.05.2007, do Município de São José do Rio Preto, de iniciativa parlamentar e promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal após ser derrubado o veto do alcaide, que 'Dispõe sobre normalização de placas de inauguração em obras públicas do município de São José do Rio Preto' - sustentada inconstitucionalidade do seu artigo 2° - não pode a Câmara, pretextando normatizar as placas de inauguração em obras públicas do Município, impor seus dizeres. Se o faz, espalma indevidamente a

R. Cons. Ciqueira, 344 - 4º e 5º andar - 01037-908 - São Paulo/SP - tel.: (11) 3225-7000 e DDG: 0800 775 7300
fax: (11) 3225-7001 - e-mails: ndj@ndj.com.br vendas@ndj.com.br consultoria@ndj.com.br - Internet: www.ndj.com.br

FI Nº 060/2012
063/2012
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP.

PROCESSO 0013591-15.2012.8.26.000
ADIN – LEI MUNICIPAL 742/2.011.

TJSP2IHSPLJ 24FEV12 13h27 2012.00190318-0(72)

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, devidamente inscrita no CNPJ nº 67.172.312/0001-53, devidamente representada por seu Vereador Presidente, **JOSÉ MARCOS DE SOUZA**, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF/MF nº. 317.636.158-04 e do RG nº. 7.760.087, residente e domiciliado na Rua Azaléia, nº. 979, Jardim Flamboyant - Holambra/SP - Cep.: 13.825-000, neste ato representado pela sua **Procuradora Jurídica**, advogada e bastante procuradora, Sra. **ALINE FLAVIANE DOS SANTOS ROSA**, brasileira, portadroa do RG: 32.751.614-8, CPF: 296.582.808-70, inscrita na **OAB 299.268/SP**, (procuração anexa), vem com o respeito e acatamento de sempre à presença de V.Exa., REQUERER a juntada das INFORMAÇÕES solicitadas, referentes a **ADIN – Lei Municipal 742/2011 (processo em epígrafe).**

Aline Flaviane dos Santos Rosa
OAB/SP 299.268
Procuradora Jurídica

Fl Nº 062/2011
Processo 063/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP.

PROCESSO 0013591-15.2012.8.26.000
ADIN – LEI MUNICIPAL 742/2.011.

"O INTERESSE PARTICULAR E POLÍTICO NUNCA PODERÁ CORROMPER A HISTÓRIA DE UM MUNICÍPIO, RETIRANDO DE NOSSOS FILHOS O DIREITO DE CONHECER A HISTÓRIA, SEUS PERSONAGENS, NO QUE DIZ RESPEITO A SEUS FEITOS NO PASSADO E PRESENTE, QUE REFLETIRÃO NO FUTURO, EM PROL DO CRESCIMENTO DE UM MUNICÍPIO E DE SEUS MmunícipES"

Fl Nº 063/2011
Processo 063/2011

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, devidamente inscrita no CNPJ nº 67.172.312/0001-53, devidamente representada por seu Vereador Presidente, **JOSÉ MARCOS DE SOUZA**, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF/MF nº. 317.636.158-04 e do RG nº. 7.760.087, residente e domiciliado na Rua Azaléia, nº. 979, Jardim Flamboyant - Holambra/SP - Cep.: 13.825-000, neste ato representado pela sua Procuradora Jurídica, advogada e bastante procuradora ao final assinado, vem com o respeito e acatamento de sempre à presença de V.Exa., prestar, no prazo legal, as informações pertinentes a presente **ADIN FACE A LEI MUNICIPAL 742/2011, QUE DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, que o faz nos seguintes termos e fundamentos:

Inicialmente, cumpre requerer a juntada do processo administrativo de tramitação do projeto de Lei 16/2011, que deu origem a Lei Municipal 742/2011, documentos anexos, para demonstrar que

FI Nº 064/2011
Processo 063/2011

todo o procedimento legal foi seguido por esta Casa de Leis, sem afronta aos princípios básicos de direito.

DA SUPOSTA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL 742/2011 - VÍCIO DE INICIATIVA - REAL NECESSIDADE DE SUA PERMANÊNCIA, CONTINUIDADE E APLICABILIDADE EM HOLAMBRA

Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que a presente Lei não é inconstitucional, posto que versa sobre matéria de interesse público, histórico e moral, mais atinente a questão de preservação da história de um Município, dos seus munícipes, pessoas que ocuparam cargos públicos e, por tal razão, fazem parte da História de um Município, em especial de Holambra, e, assim, deve esta história permanecer inalterada.

O foco que deu origem a este projeto de Lei e após a tramitação legal, a Lei Municipal 742/2011, foi justamente o impedimento de tal ato, ou seja, a desconstituição da história de Holambra e de seus

Fl Nº 065/2011
Processo 063/2011

entes, parte desta história, pois o Poder Executivo, através de sua atual representante, Sra. Prefeita Municipal, deu início a uma modificação na história de Holambra, pois toda obra antiga que reinaugurava, após uma reforma, tirava a placa antiga, apagando a história anterior e seus representantes da época, e colocava nova placa, somente com o seu nome e de seus aliados políticos, **fatos este que somente pela análise da forte prova documental**, ora anexada a estas informações, ratifica e prova a presente alegação.

Note Nobre Desembargador, que nas fotos apresentadas, de inaugurações ou reinaugurações, aparece somente o nome da Prefeita e dos **"VEREADORES DE APOIO"**, ou seja, deixa de lado os demais 05 vereadores, que atuam na atual gestão, e por tal razão, devem sim figurar na respectiva placa.

Fl Nº 066/2011
Processo 063/2011

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487





Fl Nº 067/2011
Processo 063/2011

Note-se, ainda, que nas gestões anteriores, já existia a praxe de se colocar placas comemorativas nas inaugurações de obras ou reformas em nosso município, porém, independente da posição política adotada, eram transcritos os nomes de todos os representantes eleitos pelos nossos cidadãos, pois, como já dito, faziam e fazem parte de nossa história.



FI Nº 068/2011
Processo 063/2011



Hoje, ao realizar reformas nos prédios públicos, a atual Administração retira as placas colocadas anteriormente, jogando-as em pátios, à mercê das intempéries, tornando degradada a história política de nosso município, e mostrando descaso com o dinheiro público, já que tais placas oneraram os cofres, e hoje, são desprezadas.

Fl Nº 069/2011
Processo 063/2011



Fl Nº 070 / 2011

Processo 063 / 2011



Nas reportagens jornalísticas, documentos anexos, a Prefeita, seus vereadores de apoio e os secretários municipais, declaram abertamente a posição política, postura administrativa, enfim, questões político/partidárias de cunho particular, para justificar o porquê de que os nomes dos demais vereadores não possam ser postos na placas de obras públicas, demonstrando, assim, a

Fl Nº 071/2011
063/2011
Processo

necessidade da permanência desta Lei, com a improcedência da presente ação.

Passaram

Dois projetos são aprovados em sessão extraordinária

Com menos de 15 minutos de duração, a sessão Extraordinária realizada na sexta-feira, 27, os vereadores aprovaram dois projetos de lei encaminhados pelo Executivo. O primeiro se refere a implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) - o projeto vem ao encontro em atender uma necessidade do Consórcio Intermunicipal na Área de Saneamento Ambiental (Consab), no qual Holambra faz parte.

Diferentemente do último projeto votado, também em extraordinária do dia 9 de maio, o PL aprovado na última sexta-feira apresenta-se com mais conteúdo explicativo, sobre a efetiva implantação do Plano. Também voltou para a Câmara pois os vereadores aprovaram emenda modificativa, que altera a expressão "Decreto do Executivo" para "Lei Ordinária". Vale frisar que os demais municípios que compõe o Consab aprovaram com sendo através de decreto.

O segundo projeto de lei aprovado cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), conforme determina o Ministério das Cidades, e institui o seu respectivo Conselho-Gestor.

O Fundo tem como objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários para programas destinados a implementar políticas habitacionais em Holambra.

De acordo com o projeto, o Conselho-Gestor, de caráter deliberativo, será composto por cinco representantes da prefeitura (departamentos de Obras, Habitação e Acessibilidade, Jurídico, Educação e Promoção Social), e cinco membros da sociedade civil.

Vereador acompanha programa de castração gratuita elaborado por deputado

DIVULGAÇÃO



O vereador Aparecido Lopes da Silva Lima, o Cido Urso (PPS), acompanhado de sua família, esteve em Joanópolis no último sábado, 29, acompanhando os trabalhos do deputado estadual Feliciano Filho (PV), que naquele dia fazia mais um mutirão – dos cerca de 20 realizados durante o ano - para castrar animais, tanto gatos como cachorros, pertencentes a famílias mais carentes. Cido Urso e Feliciano conversaram sobre o projeto do deputado, de 2010, que prevê a obrigatoriedade da castração gratuita aos animais em todo o Estado.

Feliciano, defensor das causas animais, adiantou que um outro projeto seu, ainda em fase de elaboração, atenderá de maneira integral nas cidades durante todo o ano, cabendo somente as prefeituras optarem pelo recurso, com recursos provenientes do governo estadual.

"Acertamos uma reunião em seu gabinete para que eu possa obter mais detalhes do projeto. É bom lembrar que em nosso município existe grande quantidade de animais abandonados nas ruas, e a procriação acaba fugindo do controle do poder público", lembrou Cido, reforçando a necessidade de se implantar projeto semelhante em Holambra.

De acordo com o deputado do PV, todos os municípios do mundo que adotaram a castração em massa ostensiva, minimizaram os problemas de saúde pública, de meio ambiente, humanitário, reduzindo inclusive, os custos operacionais para as cidades, nos centros de zoonoze e canis municipais, em função da diminuição de animais de rua.

JORNAL O MUNICÍPIO

Expediente | Publicação: RS Editora Jornalística LTDA -ME | CNPJ (MF)-08.898.889/0001-88 / IM: 221111352-0

Reportagens: Flávia Folster (flavia.omunicipio@gmail.com) | Contato: redacaomunicipio@gmail.com
Endereço: Rua das Dálias, 119, Jardim Holanda
Telefone: (19) 3802-4581

Na Mira do Povo

Casa da Mulher 1

Durante a inauguração da Casa da Mulher, na terça-feira, dia 31, o vereador Astério Pinto Filho (DEM), durante sua fala, disse que essa é mais uma obra que vai "calar a boca daqueles que não acreditam no trabalho da prefeita Margareti". Astério parabenizou o trabalho e esforço de todos os diretores e funcionários, que junto à prefeita têm mostrado que não será qualquer tipo de pressão "dos que não acreditam" que possa desestabilizar um governo sério.

Casa da Mulher 2

Endossando os parabéns à administração, o líder do governo na Câmara, vereador Cido Urso (PPS), relembrou a época de campanha da prefeita Margareti, quando a mesma já almejava realizar um projeto que beneficiaria mulheres e crianças. "Quem não sonha não consegue realizar o futuro", disse o parlamentar. "E hoje vemos essa belíssima obra ser concluída, fruto de um sonho batalhado para dar certo". Na mesma linha, os vereadores Donizetti de Almeida (Burrica/PV) e Zé Fermino (DEM), parabenizaram a administração pela conclusão da nova unidade de saúde.

Casa da Mulher 3

Durante seu discurso, a prefeita Margareti Groot (PPS) relembrou a luta travada no início de seu governo, com relação a obras inacabadas, rombo no caixa da prefeitura, convênios não entregues. E afirmou que "o que está sendo feito por essa administração é com muito carinho e muito bem planejado. Por que se a gente quisesse trabalhar com a visão, a cidade estaria uma maravilha. Mas e sua fundação, sua estruturação? É preciso primeiro estruturar o município, pois até então era somente trabalhado a visão". Margareti adiantou que não está fazendo campanha, e sim trabalhando em prol do município, diferentemente do que acreditam alguns. "Sabemos que a crítica existe, mas ela nos dá cada vez mais força para que possamos chegar nos nossos objetivos", reforçou. E sobre a não colocação do nome dos cinco vereadores de oposição na placa de inauguração da Casa da Mulher, Margareti foi categórica: "Nessa placa me nego em colocar o nome daqueles vereadores que são contra o município".

FL Nº 072 / 2011
Processo 063 / 2011

Educação

Creche Casulo, a segunda do mês, é inaugurada no Parque dos Ipês

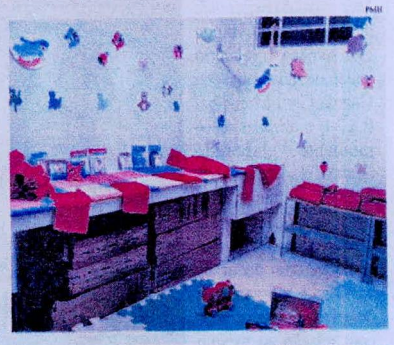
Em um mês, duas creches. Nesta quinta-feira, dia 29, a atual administração brindou os moradores do bairro Parque dos Ipês com mais uma conquista. A reforma e ampliação da Creche Casulo foi entregue pela prefeita Margareti Groot (PPS), acompanhada da diretora municipal de Educação, Alessandra Belonci e dos vereadores da base, Zé Fermino (DEM), Burrica (PV) e Cido Urso (PPS), na presença de aproximadamente 500 pessoas.

Durante a cerimônia de inauguração, os vereadores da base aliada destacaram as conquistas para Holambra. O líder do governo Cido Urso (PPS) lembrou sobre o empenho do Executivo em fazer da Educação de Holambra referência na Região Metropolitana de Campinas (RMC), destacando a qualidade do projeto Castelinho Educação Complementar, que no início foi criticado com relação a valores e hoje é referência de qualidade em educação na região. O colega Burrica (PV) também frisou as inaugurações das creches nos bairros Imigrantes e Fundão, e parabenizou a administração por atender os anseios da sociedade. Zé Fermino (DEM), por sua vez, disse que o bairro Parque dos Ipês estava em festa, e que via o amor e carinho depositado pela atual administração em tudo aquilo que tem feito para Holambra.

A atual reforma na Creche Casulo ampliou duas salas, reformou os banheiros e lactário, construiu dois solários. Também foi reformado o pátio (agora coberto), parque, casinha de boneca e foi construído um tanque de areia coberto. Os pisos foram trocados e colocado revestimento nas paredes para melhor higienização do ambiente. Com a reforma, a creche deverá atender, em média, cerca de 90 crianças, e contará com 14 pajens.



Vereadores e prefeita descerram faixa da creche



Berçário tem banheiro exclusivo; novos materiais

Reforma

A diretora de Educação, Alessandra Belonci, lembrou os presentes, principalmente aos pais que aguardam vaga para seus filhos, que a Casulo precisou passar por uma reforma geral. "Nossa previsão era inaugurar em abril, mas no momento em que começamos a ampliar e a mexer na estrutura, percebemos que precisávamos trocar tudo", explicou a diretora. "Demoramos por que fizemos uma creche que ofereça segurança para seus filhos, olhando com cuidado a parte elétrica, encanamento, que geralmente não enxergamos, mas que é o principal para o dia a dia das crianças", ressaltou a diretora, lembrando que parte do "atraso" nas obras foi em decorrência dos atos de vandalismo cometidos contra o prédio. "Peço para que a comunidade tome conta dessa creche".

Alessandra aproveitou para expressar sua opinião quanto ao fato da ausência dos nomes dos vereadores de oposição nas placas de inaugurações da atual administração. "Eu só coloco o meu nome naquilo que a prefeita inaugura...? Isso eu considero como hipocrisia", finalizou

Creche e apartamentos

O último discurso da noite, antes da inauguração, foi da Chefe do Executivo, Margareti Groot (PPS), que em primeiro lugar agradeceu o prestígio da população presente e o empenho de todos os funcionários e colaboradores da prefeitura para que mais aquela obra fosse entregue. "A minha prioridade são as nossas crianças, que é a base da sociedade", reforçou Margareti.

A prefeita aproveitou para falar sobre os 198 apartamentos, dispostos em prédios de cinco andares, do programa Minha Casa Minha Vida que, de acordo com a Caixa Econômica Federal (CEF), está com um dos projetos mais avançados da região. "E quem fala que em Holambra que não podemos construir imóveis de cinco andares não tem conhecimento da lei. Por que a nossa lei é clara, mas para loteamento, e não para condomínio, que é o nosso empenho, nosso foco", rebateu a prefeita, reafirmando que "não inaugura parafuso em areia", e que aguarda o tempo certo para que a divulgação de uma obra concreta seja feita. "Tenho certeza que a nossa cidade está projetada para futuro, e estamos empenhados para isso", finalizou.

Semana da Pedagogia

As pajens do município de Holambra, que cursam Pedagogia pela Plataforma Freire, participaram da semana da Pedagogia realizada entre os dias 12 e 15 de setembro, no Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp), Campus Engenheiro Coelho.

DIVULGAÇÃO



Pajens da Plataforma Freire

As pajens assistiram a várias palestras, tais como motivação na escola e do aluno, Bullying, entre outros. Um jantar de gala foi servido no encerramento da semana.

FL Nº 073/2011
Processo 063/2011

Prefeita inaugura creche do Fundão

Anuncia também ter conseguido uma nova escola com seis salas para o bairro

Cerca de cem pessoas entre autoridades, moradores e professores, além de outros funcionários públicos e crianças, compareceram à cerimônia de inauguração da creche do Bairro Fundão, realizada no início da noite da sexta-feira da semana passada, dia 2.

Após a inauguração, a creche foi aberta à visitação e os pais já podiam fazer a inscrição de seus filhos. Houve distribuição de suco, lanche, pipoca e algodão doce.

No início da cerimônia, foram citadas as presenças de "vereadores que dão sustentação" à prefeita Margareti Groot, como Aparecido Lopes da Silva Lima (PPS), Donizetti Fernandes de Almeida (PV) e José Benedito de Souza (DEM). Astério Pinto Filho (DEM), também da base de apoio, não esteve presente, mas seu nome, junto com o dos outros três, são os únicos inscritos na placa de inauguração, à exemplo da que foi colocada na Casa de Saúde da Mulher, inaugurada poucos meses atrás.

Posteriormente, a presença da vereadora Naiara Regitano Hendrikx (sem partido) foi citada. A vereadora Andreza Esperança (PSDB), também presente, teve o nome citado por engano quando o locutor anunciava a diretora de educação, Alessandra Belonci Gallo, e confundiu os nomes.

Homenagem

Aparecido foi o primeiro a discursar. Ele lembrou que foi morador do bairro por cerca de 10 anos quando jovem, exaltou a melhora da educação de Holambra nas avaliações da Região Metropolitana de Campinas que, de 8ª no início da administração, ocuparia agora a 1ª posição, graças ao trabalho da diretora de Educação, e anunciou a entrada de projeto de lei na Câmara para dar o nome de Dorothea Hermans van der Heijden à creche. Dorothea foi moradora do bairro e, antes de Holambra ser emancipada, executava um trabalho social dando aulas às crianças da área.

O vereador Donizetti lembrou o mote da prefeita - "ou faço bem feito ou não faço" - e disse acreditar que ela já tenha colocado 'a casa em ordem' porque, na sua avaliação, começou a mostrar trabalho: entregou a creche do Imigrantes (onde teve que derrubar paredes e mudar banheiros), a Casa da Saúde da Mulher e agora a creche do Fundão (onde mudanças também tiveram que ser feitas).

A diretora Alessandra lembrou que a demora na entrega da obra foi tema de matéria na imprensa e de cobrança do Conselho Tutelar, mas ressaltou que a prefeita fez em dois anos e meio o que outros não fizeram em dez. Referindo-se ao antigo imóvel ocupado pela creche, afirmou que "pintar parede em granja de porco, qualquer um faz". Agradeceu às funcionárias que enfrentaram "aranhas e cobras" nas antigas instalações porque a creche funcionava em local não apropriado. Comentou ainda que a prefeita não era responsável pela poluição dos lagos do centro e que "não adianta tirar aguapé, não adianta fazer praça bonita, porque o pessoal quer creche, saúde, comida no prato e é isso que a senhora está fazendo". Numa referência à divulgação na imprensa da ida dos vereadores de oposição Naiara e Wilson Barbosa (PP) ao 6º Fórum Internacional de Educação da RMC em



Paulínia, onde entregaram documentos a representante do Ministério da Educação, disse não ser necessário entregar nada para o ministro porque isso era querer "pegar carona" no que já estava sendo feito. Lembrou ainda o aumento salarial no setor que passou de R$ 970 (o mais alto antigamente) a R$ 1.200 (o menor salário de hoje).

Mais uma escola

A prefeita Margareti discursou a seguir e foi breve. Citou a importância do trabalho em conjunto, explicou que tinha voltando de Brasília naquela tarde onde tinha participado, juntamente com 23 prefeitos, de um encontro com o ministro da Educação. Destacou que não são todos que conseguem falar com o ministro e lembrou que a cidade é pequena. Citou a intermediação do deputado federal José Mentor (PT) também presente à reunião. Disse ter conseguido mais ônibus e uma nova escola, com seis salas, para o bairro. Comentou a preocupação de que as crianças tenham ensino de qualidade porque só com a educação se pode mudar a realidade do país. Lembrou a utilização do sistema Positivo pela rede pública municipal, o uniforme e o kit escolar entregues pela Prefeitura. Comentou ainda o "trabalho formiguinha" da administração e que trata, de forma igual, a área urbana e as mais afastadas.







FI Nº 074/2011
Processo 063/2011

Uma Lei deve sim privar tal atitude, pois uma história, ainda mais de uma cidade, seu nascimento, crescimento, amadurecimento, etc., não podem ser apagadas por atitudes mesquinhas, políticas e antidemocráticas.

É lógico que o Município propôs a presente ação - ADIN, pois caso persista a presente Lei, o que se espera desta Corte, fará com que a justiça seja feita, ou seja, que a atual gestão e gestões futuras respeitem a história de Holambra e seus entes públicos, personagens de lutas e conquistas em prol de uma população, que não deve ser esquecido, mas sim referenciado, pois toda luta do passado promove o crescimento do presente e projeta o futuro de uma nação.

A presente Lei não abala a gestão municipal, não causa gastos, não altera a rotina administrativa, isto é, apenas regulamenta uma situação, de cunho histórico e moral, que deve sim ser preservada pela atual gestão e futuras gestões públicas, deixando de lado questões particulares e de cunho político/partidário, para atingir o bem maior, ou seja, a coletividade, a história de um Município e

FI Nº 075/2011
Processo 063/2011

a manutenção de nomes que ajudaram e ajudam no crescimento de Holambra.

O fato do legislador ter sido duro ao fixar a competência de certa matéria ao executivo ou legislativo, deve a justiça, nos tempos modernos e diante do fato concreto, ser mais flexível, vendo a real intenção de uma Lei, sua necessidade e em alguns casos, como no caso em tela, inovar, dando validade a presente Lei, não se acatando a presente ADIN, pois como dito acima, a presente Lei não causa nenhum gasto novo ao Poder Executivo, não obriga a mudar a sua rotina administrativa, não o obriga a fazer ou deixar de fazer algo que lhe gere gastos, mas tão somente, deixar inalterada a história de Holambra, tendo apenas que deixar as antigas placas em seus devidos locais, como há muitos anos assim permaneceram, bem como as novas obras, nos termos da Lei 742/2011, fazendo, assim, justiça a todos os participantes de uma gestão pública, estendendo ao futuro, a possibilidade de que os nomes de hoje, pilares de uma gestão pública, façam parte de sua história.

Fl Nº 076/2011
Processo 063/2011

Com relação às futuras obras, nada mais justo que todos os representantes públicos, ou seja, a Prefeita, seus secretários e vereadores, de uma gestão, possam e estejam nas placas comemorativas de inaugurações, programas ou serviços públicos, visto que todos estes atos constituem fatos históricos e devem ser lembrados em outros tempos, e nada mais justo e fácil, quer seja pelas placas ou acervo público, seja a história resgatada, lembrada e referenciada pelos futuros líderes e munícipes de nosso Município.

Assim, devidamente informado a necessidade da Lei, sua aplicação e viabilidade, para a preservação da história de Holambra, passaremos a discutir a possibilidade jurídica do caso em tela.

DO DIREITO

Parecer Jurídico contra o veto, emitido pelo Jurídico da Câmara:

> **" ... Considerando o Projeto de Lei nº 16 de 20 de maio de 2011, apresentado pelo Legislativo, no que diz respeito a sua**

Fl Nº 077/2011
063/2011
Processo

eficácia, validade jurídica, iniciativa, constitucionalidade e possibilidade de implantação;

Considerando o Parecer Jurídico já apresentado pelo Diretor Jurídico desta Casa de Leis, o qual se coaduna com o entendimento desta Procuradora, que passo a adotar em seu inteiro teor neste parecer;

Considerando, por fim, o VETO INTEGRAL da Prefeita Municipal, Senhora Margareti Rose de Oliveira Groot;

Venho, por meio deste, tecer meus comentários a respeito da questão.

Em seu veto, o Poder Executivo questiona a iniciativa do projeto de lei, argumentando que o projeto versa sobre "criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública", e que tal prerrogativa é privativa do Chefe do Poder do Município local, conforme dispõe o artigo 42 da Lei Orgânica do Município e artigo 61 da Constituição Federal.

Cumpre salientar que o projeto de lei visa a proteção da história do município, em que deve prevalecer o interesse coletivo sobre questões de interesses meramente políticos. Não se

Fl Nº 078/2011
063/2011
Processo

vislumbra criar obrigações ao Executivo, e sim proteger os dados da história política do município.

Há, ainda, a discussão acerca de critérios de conveniência e oportunidade, que ofenderiam o princípio da separação e independência dos Poderes.

O Projeto, indubitavelmente, não fere tais princípios, pois o binômio conveniência/oportunidade deve estar atrelado ao interesse da coletividade, que é a premissa maior da Administração Pública.

Quanto à legalidade, o Projeto de Lei encontra respaldo no artigo 37, § 1° da Constituição Federal, traduzindo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos públicos. Além disso, não fere o que determina o artigo 61 da Constituição Federal, e está de acordo com os artigos 30 e 31 do mesmo diploma legal.

Diante de todo o exposto, concluí-se que o referido projeto é legal, haja vista que não fere a competência privativa de legislar do Chefe do Poder Executivo, e atende, especialmente, aos princípios da

Fl N° 079/2011
Processo 063/2011

impessoalidade e moralidade da Administração Pública.

Assim, com base neste parecer, o referido Projeto deve ser reenviado para a análise das Comissões, com posterior envio ao Plenário para votação final, e possível aprovação, tendo em vista sua total constitucionalidade e amparo legal, visando o interesse coletivo e a proteção da história política do nosso município.

Esse, S.M.J. , é o parecer.

Estância Turística de Holambra, aos 15 de agosto de 2011.

Aline Flaviane dos Santos Rosa
OAB/SP 299.268
Procuradora Jurídica ..." (g.n.).

Neste caso, podemos utilizar do entendimento de Hely Lopes Meirelles, que brilhantemente posiciona que à Câmara cabe o poder de estabelecer regras e ao Executivo, cumpri-las, ou seja, no caso em tela, foi criada uma norma legal para preservação da história política de Holambra, de cunho

Fl Nº 080/2011
Processo 063/2011

moral/social, nada causando de gastos, abalos, invasão de prerrogativas, enfim, apenas normatizando uma situação, preservativa de uma história político administrativa, preservando suas raízes.

Vejamos a posição de Hely Lopes Meirelles:

> " ... ***a Prefeitura não pode legislar, como a Câmara não pode administrar. Cada um dos órgãos tem missão própria e privativa: a Câmara estabelece regra para a Administração; a Prefeitura a executa, convertendo o mandamento legal, genérico e abstrato, em atos administrativos, individuais e concretos. O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e independência dos Poderes, princípio***

Fl Nº 081/2011
Processo 063/2011

constitucional (art.2°) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante". Sintetiza, ademais, que "todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local (CF, art.2° c/c o art.31), podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário" (Direito municipal brasileiro, 15ªed., atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva, São Paulo, Malheiros, 2006, p.708 e 712). (g.n.).

Ainda, deve ser levado em conta, por analogia, a obrigação contida na **Lei Orgânica do Município de**

FIN° 082/2011
Processo 063/2011

Ipameri, Estado de Goiás, onde em seu **artigo 15, inciso XIII**, contempla a proibição da retirada de placas comemorativas ou histórias em próprios públicos, fixadas pelas administrações anteriores,

onde resta definida a forma, conforme consta na cópia anexa.
Assim, não existe vício de iniciativa ou inconstitucionalidade, mas sim atitude legal de preservação da história de Holambra.

MUNICÍPIOS ONDE TAL DETERMINAÇÃO LEGAL É APLICADA E NÃO GEROU ADIN - PROVA DE SUA VALIDADE, NECESSIDADE E PERTINÊNCIA

Município de Artur Nogueira, vizinha de Holambra, Lei 2.616 de 01/11/2011;
Lei Orgânica do Município de Ipameri/GO, artigo 15°, inciso XIII;

Posto isto, requer pela improcedência da presente ADIN, permanecendo inalterada a presente Lei, posto que viável e necessária, para o fim que se destina, qual seja, a manutenção e preservação da

FI Nº 083/2011
083/2011
Processo

história política de Holambra, no que diz respeito ao seu crescimento, aprimoramento e futuro.

Termos em que, P. Deferimento.

De Holambra para São Paulo, aos 24 de fevereiro de 2.012.

ALINE FLAVIANE DOS SANTOS ROSA

OAB/SP n° 299.268

PROCURADORA JURÍDICA

Fl Nº 084/2011
063/2011
Processo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

02

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

0013591-15.2012.8.26.0000

TJSP2INSPLJ 23JAN12 14h13 2012.00061571-5(47)

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, inscrito no CNPJ nº 67.172.437/0001-83, com sede na Alameda Maurício de Nassau, nº 444, Holambra (SP), nesse ato representado por sua Prefeita **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT,** brasileira, casada, portadora do RG nº 20.447.342-1 e CPF nº 102.698.328-23, por seus procuradores que ao final subscrevem, vem propor perante esta Corte,

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE C/C PEDIDO LIMINAR PARA SUSPENSÃO DE EFEITOS DE NORMA MUNICIPAL

em relação à Lei Municipal nº 742 de 12 de Setembro de 2011 que **"DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS."** (cópia em anexo), e o faz com base no art. 74, inciso VI, da Constituição do Estado de São Paulo, pelos seguintes motivos:

Fl Nº 085/2011
Processo 063/2011

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

DA NORMA IMPUGNADA.

A norma objeto da presente ação direta de inconstitucionalidade, representa, para o Poder Executivo Municipal, a desobediência às normas da Constituição Federal de 1988, ingerência abusiva e indevida sobre a autonomia e independência dos Poderes Executivo e Legislativo em flagrante desrespeito aos artigos 5º caput e 144 da Constituição Estadual.

"LEI Nº 742 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS."

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra manteve, e eu, seu Presidente, nos termos do artigo 46, § 6º da Lei Orgânica Municipal, c.c. Artigo 26, Inciso II, alínea 262, § 10 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

***Artigo 1º** - Fica expressamente proibida a retirada e qualquer alteração das placas comemorativas, já instaladas, de inaugurações de obras, programas ou serviços públicos municipais, em todo o território do Município da Estância Turística de Holambra.*

***Artigo 2º -** Nos casos de serem realizadas reformas ou ampliações, deverão ser conservadas as placas originalmente colocadas, devendo as novas placas serem afixadas de maneira justaposta à placa original.*

***Parágrafo Único –** Nas placas de inaugurações de obras, programas ou serviços públicos municipais, bem como, nas de reformas ou ampliações, deverão constar obrigatoriamente os nomes dos agentes políticos da gestão em exercício, ou seja, Prefeito, Vice Prefeito e todos os Vereadores, sem exceção.*

***Artigo 3º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de setembro de 2011.

JOSE MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Autor do Projeto de Lei nº 016/2011: Vereador Wilson Barbosa.

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDREIA PEREIRA CAMPANHA
Coordenadora Administrativa"

Fl Nº 086/2011 2
Processo 063/2011

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

Este texto de lei de aparência tão singela não parece esconder nenhuma irregularidade em seu escopo. No entanto, foram duramente afrontadas as normas estatuídas nas Constituições Estadual e Federal, bem como os princípios federativo e da competência legislativa.

DOS FATOS

Após a propositura da Lei em comento pelo Poder Legislativo e seu trâmites legais, foi aprovada em votação e seu autógrafo encaminhado ao Poder Executivo para que a Prefeita Municipal sancionasse e promulgasse a norma.

Diante da evidente inconstitucionalidade quanto a propositura da Lei que tem por objetivo a proibição da retirada de placas comemorativas já instaladas de inauguração de obras, programas ou serviços públicos municipais, bem como a obrigatoriedade de constar em todas as placas de inaugurações, reformas ou ampliações os nomes dos agentes políticos da gestão em exercício por **VICIO DE INICIATIVA**, **INCONSTITUCIONALIDADE E DE ILEGALIDADE** a Chefe do Poder Executivo Municipal vetou totalmente o conteúdo da norma.

Todavia, a Câmara Municipal derrubou o veto da Prefeita Municipal e, novamente encaminhou para sanção e promulgação do Executivo, que por razões de direito, não a sancionou e nem promulgou.

Mesmo diante desse quadro, a Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, sancionou a Lei 742/2011 que passou a viger desde 12 de Setembro de 2011, mediante publicação e afixação em quadro próprio na Câmara Municipal.

DO VÍCIO DE CONSTITUCIONALIDADE E DE LEGALIDADE.

Goza o Município de autonomia assegurada pela Constituição da República em seus artigos 18 e 29.

Autonomia significa a competência de gerir seus próprios negócios, assentada em quatro capacidades: 1) capacidade de auto-organização, através de lei orgânica; 2) capacidade de autogoverno, elegendo seus agentes políticos; 3) capacidades legislativas, elaborando o ordenamento jurídico local; 4) capacidade de auto-administração, organizando e mantendo os serviços públicos locais.

FI Nº 087/2011
Processo 063/2011

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

Ao se criarem atribuições a determinado órgão integrante da estrutura do Poder Executivo, a Câmara Municipal acaba por interferir na esfera de atuação do Poder Executivo, comportamento, este que não se coaduna com princípio da harmonia e independência entre os Poderes (art. 2º da CF/88). A cada Poder, portanto, somente é lícito atuar dentro da alçada de sua competência.

Como se vê, o objeto da proposição cria para o Executivo uma obrigação de fazer relacionada com a afixação de placas na forma nela prevista, nas obras publicas e ainda a proibição da retirada de placas já afixadas. Por essa razão, o projeto acaba por invadir a esfera de competência privativa do Executivo, fato este que configura a inconstitucionalidade por vicio formal de iniciativa, o que vicia sua constitucionalidade, por violar os arts. 2º; 61, § 1º, II,"e"; e 84, III, da Constituição.

Cabe lembrar que o projeto de lei, interfere na valoração feita pela Administração Publica acerca dos critérios de conveniência e oportunidade, em ofensa ao princípio da separação e independência dos Poderes a iniciativa legislativa de **organizar as atividades administrativas do Executivo**, papel este que cabe ao Prefeito, consectário de seu poder de administrar o Município.

A matéria versada na lei em comento ainda invade a esfera de gestão administrativa, inerente à atividade típica do Poder Executivo, *criando obrigações de cunho administrativo para a Administração Pública local. Abstraindo quanto aos motivos que podem ter levado a tal solução legislativa, ela se apresenta como manifestamente inconstitucional, por interferir na realização, em certa medida, da gestão administrativa do Município.*

DO VICIO DE INICIATIVA

A norma ora impugnada, nos termos da Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra é matéria privativa de proposição do Poder Executivo, visto que a Constituição da República outorga ao Chefe do Poder Executivo, em caráter de exclusividade, a prerrogativa de deflagrar o processo legislativo de leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica e que fixem ou aumentem a sua remuneração, **organização administrativa**; matéria tributária e orçamentária; serviços públicos; criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administrativa pública, entre outros. É o que está expresso nas

Fl Nº 088/2011
Processo 063/2011

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

alíneas do inciso II, § 1º do art. 61, da Carta Política, sendo que no presente caso, foi proposta por Vereadora da Câmara Municipal do Município, ou seja, pelo Poder Legislativo.

Tratando da matéria de leis de iniciativa exclusiva do Prefeito, Hely Lopes Meirelles esclarece que são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre a criação, estrutura e atribuição das secretarias, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal; a criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta e autárquica, fixação e aumento de sua remuneração; o regime jurídico dos servidores municipais; e o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais, créditos suplementares e especiais (Direito Municipal Brasileiro, 16a Ed., Malheiros, 2008, p. 748).

E acrescenta:

> ***Se a Câmara, desatendendo à privatividade do Executivo para esses projetos, votar e aprovar leis sobre tais matérias, caberá ao prefeito vetá-las, por inconstitucionais. Sancionadas e promulgadas que sejam, nem por isso se nos afigura que convalesçam do vício inicial, porque o Executivo não pode renunciar prerrogativas inconstitucionais, inerentes às suas funções, como não pode delegá-las ou aquiescer em que o Legislativo as exerça, (in ob. cit,*** p. 748).

Assim, ao adentrar em matéria que não lhe é própria, o Legislativo, Municipal devassou o princípio da separação entre os Poderes, estabelecido no art. 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, e repetido, no art. 42, da Lei Orgânica do Município de Holambra, respectivamente, além de ter usurpado, desobedecido e desconsiderado os regramentos constitucionais, pois invadir a área de atuação do Prefeito, **a quem compete à administração da cidade em atos de planejamento, direção, organização e execução**. .

É de conhecimento comum que a função primordial da Câmara é a edição de leis de conteúdo genérico e abstrato e a da Prefeitura é a de executar atos administrativos segundo o que dispuser os mandamentos legais, desde que estes, evidentemente, tenham nascido com a observância dos ditames constitucionais. Cada ente público deve, pois, cumprir o papel que lhe foi desenhado pela Magna Carta, sob pena de violação ao mencionado princípio da separação de poderes consagrado no artigo 2o da Constituição da República e artigo 5º da Constituição Paulista.

FI Nº 089/2011
063/2011
Processo

10/2/2012

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

Isso indubitavelmente fere, além da moralidade, os princípios básicos da Administração Pública, como o da razoabilidade e proporcionalidade.

Por ser matéria constitucional e de eficácia máxima, a Lei Municipal não pode violar ou mesmo atenuar a dimensão do princípio de separação de Poderes.

Ainda, no campo doutrinário, é a lição do saudoso Mestre HELY LOPES MEIRELLES, no sentido de que a Câmara não tem competência para a administração do Município, na medida em que, dentre outras, sua função é a de regular e controlar a atuação do Poder Executivo, sem que tal signifique invasão de atribuições que lhe são próprias, segundo o qual:

> **"A atribuição típica e predominante da Câmara é a normativa, isto é, a de regular a administração do Município e a conduta dos munícipes no afeto aos interesses locais. A Câmara não administra o Município; estabelece apenas normas de administração. Não executa obras e serviços públicos; dispõe, unicamente, sobre sua execução. Não compõe nem dirige o funcionalismo da Prefeitura; dita somente preceitos para a sua organização e direção" ("in" "Direito Municipal Brasileiro", Malheiros Editores, São Paulo, 12ª ed., 1999, p. 576/577).**

Nessa linha, já decidiu este Egrégio Tribunal de Justiça na ADIN 130.356-0/8, cujo aresto, relatado pelo desembargador Sousa Lima, faz referência a outro julgado do mesmo colegiado:

> *"Assim, ao dispor sobre as citadas matérias, a lei impugnada invadiu a esfera de atribuições do Prefeito, com ofensa ao princípio da separação dos poderes previsto no art. 5o da/Constituição Estadual. Neste Sentido é a jurisprudência desta Corte: "**Ao Executivo haverá de caber sempre o exercício de atos que impliquem no gerir as atividades municipais. Terá, também, evidentemente, a iniciativa das leis que lhe propiciem a boa execução dos trabalhos que lhe são atribuídos. Quando a Câmara Municipal, órgão meramente legislativo, pretende intervir na forma pela qual se dará esse gerenciamento, está a usurpar funções que são de incumbência do Prefeito**" (Adin n° 53.583-O).*

No mesmo sentido, decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

> **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL - INVASÃO DE COMPETÊNCIA - VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA HARMONIA E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES**. Revela-se inconstitucional a lei municipal, de iniciativa da Casa Legislativa, cuja matéria se refere à esfera de atuação administrativa do Chefe do Executivo, implicando invasão de competência e afronta ao princípio da harmonia e independência dos Poderes.

FI Nº 090/2011
Processo 063/2011

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

> Representação acolhida. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Ação Direta De Inconstitucionalidade N° 1.0000.06.445487-9/000 - Comarca De Cachoeira De Minas - Requerente(S): Prefeito Mun Cachoeira Minas - Requerido(A)(S): Presidente Câmara Mun Cachoeira Minas - Relator: Exmo. Sr. Des. Kildare Carvalho

Pela análise das legislações invocadas temos que o princípio federativo da repartição constitucional dos poderes (União, Estado e Municípios), jamais poderá ser desrespeitado.

Atos que violam a repartição constitucional de competências desrespeitam não apenas regras relativas à divisão do poder de editar normas infraconstitucionais, mas desautorizam diretamente uma das opções fundamentais da República Federativa do Brasil, ou seja, o próprio princípio federativo.

No mesmo sentido é a lição de José Afonso da Silva, para quem ***"o princípio geral que norteia a repartição da competência entre as entidades competentes do Estado Federal é o da predominância do interesse, segundo o qual à União caberão aquelas matérias e questões de predominante interesse geral, nacional, ao passo que os Estados tocarão as matérias de assuntos de predominante interesse regional e aos Municípios, concernem os assuntos de interesse local (...)", (Curso de Direito Constitucional Positivo, 28ª Ed., São Paulo, Malheiros, 2007).***

Para reforçar o embasamento, temos o julgamento da ADI 130.227.0/0-00 em 21/08/2007, relator Dês. Renato Nalini desse Egrégio Tribunal de Justiça:

> ***"(...) Ora, um dos princípios da Constituição Federal – e de capital importância – é o princípio federativo, que se expressa, no Título I, denominado 'Dos Princípios Fundamentais', logo no art.1º: 'A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito...'.***
> ***Sendo a organização federativa do Estado brasileiro um princípio fundamental da República do Brasil, e constituindo elemento essencial dessa forma de estado a distribuição de competência legislativa dos entes federados, inescapável a conclusão de ser essa discriminação de competência um princípio estabelecido na Constituição Federal.***
> ***Assim, quando o referido art.144 ordena que os Municípios, ao se organizarem, devem atender os princípios da Constituição Federal, fica claro que se estes editam lei municipal fora dos parâmetros de sua competência legislativa, invadindo a esfera de competência legislativa da união, não estão obedecendo ao princípio federativo, e, pois, afrontando estão o art.144 da Constituição do Estado (...)"*** (trecho do voto do i. des. Walter de Almeida Guilherme, no julgamento da ADI 130.227.0/0-00).

FI Nº 091/2011
063/2011
PROCESSO

10/2/2012

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

Posto isso, esperamos que esse Egrégio Tribunal de Justiça Estadual declare a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 742 de 12 de Setembro de 2011 que **"DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS."**

DO REQUERIMENTO LIMINAR.

O **simples,** porém **significativo,** descumprimento das normas constitucionais justifica a suspensão liminar das normas **desobedientes,** porque criam insustentável embaraço e constrangimento ao exercício do poder político delineado na Constituição.

Na ADIn 1358-1/DF, Relator **Ministro Sydney Sanches**, DJU 26.04.96, P. 13.112, a concessão de liminar se baseou em considerar "**preenchidos os requisitos da plausibilidade jurídica da ação (*fumus boni iuris*) e do risco da demora pela alta conveniência da administração pública**" – o que também se evidencia no presente caso.

E de modo certeiro, na ADIn 834-0/MT, Relator **Ministro Celso de Mello,** DJ 02.04.93, p. 5.617, Lex STF 178:122, RTJ 147:82, se afirmou no deferimento liminar:

> **A suspensão cautelar da eficácia de processo normativo pode ter por fundamento razões de conveniência ditadas pela necessidade de preservar a incolumidade da ordem política local e de manter, no plano jurídico-institucional, a harmonia e a independência entre os Poderes Executivo e Legislativo do Estado-membro.**

Requer-se, portanto, pelos motivos já acima fartamente embasados em lei e jurisprudência, **LIMINAR**, suspendendo a eficácia da norma impugnada na presente Ação Direta de Inconstitucionalidade.

CONCLUSÃO E PEDIDO.

Por tudo o que foi acima exposto, requer a concessão da **LIMINAR** ***"inaudita altera pars"***, suspendendo-se os efeitos da Lei Municipal nº 742 de 12 de Setembro de 2011.

Fl Nº 092 / 2011
Processo 063 / 2011

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

Ao final, requer a procedência da presente ação direta para julgar inconstitucionais os dispositivos constantes da norma acima citada, cuja eficácia e aplicabilidade deverão ser declaradas nulas de pleno direito.

Requer seja intimado o douto Procurador Geral de Justiça e citado o digno Presidente da Câmara Municipal.

Termos em que,
Pede deferimento.

Holambra, 19 de Setembro de 2011.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

FI Nº 093/2011
Proc. Nº 063/2011

10/2/2012

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

120

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 001391-15.2012.8.26.0000
Requerente: Prefeita Municipal de Holambra
Requerido: Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Processe-se.

Diante da relevância da fundamentação e, visto que, em princípio, há aparente vício de iniciativa, concedo a tutela de urgência pleiteada, para sustar, por enquanto, a eficácia da Lei Municipal nº 742/2011, de Holambra.

Comunique-se.

Requisitem-se informações ao Presidente da Câmara Municipal de Holambra.

Em seguida, cite-se o Procurador Geral do Estado, no prazo de 15 dias, para eventual apresentação de defesa.

Após, remetam-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça.

São Paulo, 26 de janeiro de 2012.

Gastão Toledo de Campos Mello Filho
Desembargador Relator

FL Nº 094/2011
Processo 063/2011

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

SJ 4.11.1 - Seção de Processamento do Órgão Especial
Praça da Sé s/nº - Palácio da Justiça - Sala 309 - CEP: 1018010

São Paulo, 15 de fevereiro de 2012.

Referência:
Ofício n.º 468-O/2012-dcm
Direta de Inconstitucionalidade nº 0013591-15.2012.8.26.0000
Número de Origem: 742/2011 -
Autor: Prefeito do Município de Holambra
Réu: Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Senhor Presidente,

A fim de instruir os autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei supramencionados, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência as necessárias informações, no prazo legal, conforme cópias reprográficas que seguem.

Comunico, outrossim, que foi concedida a liminar, nos termos do despacho em anexo xerocopiado.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de distinta consideração.

CAMPOS MELLO
Desembargador Relator

Ao Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Fl Nº 095/2011
Processo 063/2011

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

SJ 6.1 - Serv. de Processamento do Órgão Especial
Praça da Sé s/nº - Palácio da Justiça - Sala 309 - CEP: 1018010

São Paulo, 31 de julho de 2012.

Ofício n.º 2718-A/2012-bc
Direta de Inconstitucionalidade nº 0013591-15.2012.8.26.0000
Número de Origem: 742/2011 -
Autor: Prefeito do Município de Holambra
Réu: Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Senhor Presidente,

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e para os devidos fins, tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência cópia do V. Acórdão prolatado nos autos de Direta de Inconstitucionalidade supramencionados.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de distinta consideração.

MÁRCIO KAMMER DE LIMA
Juiz Assessor da Presidência

Ao Excelentíssimo Senhor
DD. Presidente da Câmara Municipal de Holambra

FI Nº 096/2011
063/2011
Processo

573

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº
03816922

71

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade nº 0013591-15.2012.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA sendo réu PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "JULGARAM A AÇÃO PROCEDENTE. V.U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores IVAN SARTORI (Presidente), CORRÊA VIANNA, LUIZ PANTALEÃO, GONZAGA FRANCESCHINI, DE SANTI RIBEIRO, GUERRIERI REZENDE, WALTER DE ALMEIDA GUILHERME, ELLIOT AKEL, CASTILHO BARBOSA, ANTONIO CARLOS MALHEIROS, ARTUR MARQUES, CAUDURO PADIN, GUILHERME G. STRENGER, RUY COPPOLA, RENATO NALINI, ROBERTO MAC CRACKEN, KIOITSI CHICUTA, ENIO ZULIANI, LUIS SOARES DE MELLO, GRAVA BRAZIL, LUIZ ANTONIO DE GODOY, RIBEIRO DA SILVA, FERRAZ DE ARRUDA e FRANÇA CARVALHO.

São Paulo, 30 de maio de 2012.

CAMPOS MELLO
RELATOR

FI Nº 097/2011
Processo 063/2011

Ação Direta de Inconst. 0013591-15.2012.8.26.0000 São Paulo VOTO 27632
Requerente: Prefeito do Município de Holambra.
Requerido: Presidente da Câmara Municipal de Holambra.

66

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 742/2011 DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, QUE DISPÕE SOBRE CONTEÚDO DAS PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMA OU SERVIÇOS PÚBLICOS. VÍCIO DE INICIATIVA. MATÉRIA DE INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO EXECUTIVO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. OFENSA AOS ARTS. 5º, CAPUT E 144 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA. AÇÃO PROCEDENTE.

Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito do Município de Holambra, com pedido de liminar, visando à suspensão da eficácia da Lei Municipal 742/2011.

Alega o autor que há vício de iniciativa e que está configurada ingerência do Poder Legislativo nas atribuições do Poder Executivo, o que, além disso, viola o princípio da separação e harmonia entre os poderes. Argumenta que o diploma em questão contraria o art. 5º, caput e 144 da Constituição Estadual. Pede a concessão de liminar e a procedência.

A liminar foi deferida (cf. fls. 120) e vieram as informações.

Manifestou-se então a Procuradoria Geral do Estado, que afirmou não haver interesse na defesa do ato impugnado.

O parecer da Procuradoria Geral de Justiça foi no sentido da procedência da ação.

FI Nº 098/2011
Processo 063/2011

É o relatório.

A demanda é procedente, visto que a Lei Municipal nº 742/2011, que dispõe sobre placas comemorativas de inaugurações de obras, programas ou serviços públicos, originou-se de projeto de iniciativa parlamentar (cf. fls. 12), o que invade a esfera de atribuição reservada ao Prefeito, incorrendo em vício de iniciativa.

É que cabe ao chefe do Poder Executivo, o planejamento, a organização, a direção e a execução dos serviços públicos municipais e não cabe ao Poder Legislativo Municipal iniciativa que, direta ou indiretamente, modifique ou interfira em tais atribuições. É o que ocorre na espécie, visto que a lei ora impugnada impõe condutas à Administração Pública, visto que proibe a retirada e também qualquer alteração nas placas comemorativas já instaladas, bem como obriga que as novas placas de inauguração de obras, programas e serviços tragam os nomes do Prefeito, Vice Prefeito e de todos os vereadores. Isso configura a ingerência na administração pública do Município.

Relembre-se que a iniciativa reservada decorre de comando constitucional que atribui a seu titular o poder de decidir sobre proposta de direito novo em matéria de sua especial atenção ou

Fl Nº 099/2011
Processo 063/2011

preponderante interesse (Manoel Gonçalves Ferreira Filho, "Do Processo Legislativo", Ed. Saraiva, 5ª ed., 2002, p. 208). E se a Lei Maior assim dispõe, tal comando não pode deixar de ser observado, pena de desrespeito ao princípio basilar da separação de poderes (STF – Pleno, ADIn. 2.364/AL, Rel. Min. Celso de Mello, DJU 14.12.01).

Diante disso, não pode subsistir, já que o vício de iniciativa aqui é manifesto e macula o diploma legal sob análise.

Assim, forçoso concluir que a iniciativa legislativa em questão não observou o que dispõem os arts. 47, II e XIV e 144, ambos da Constituição Estadual, e ofendeu o princípio da separação de poderes (art. 5°, caput, da Constituição Estadual).

Em resumo, fosse a lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo, nenhuma eiva poderia ser reconhecida. Mas como não é, não há outra solução a não ser a declaração de inconstitucionalidade.

Pelo exposto, julgo procedente a presente ação direta de inconstitucionalidade da Lei Municipal 742/2011 do Município de Holambra.

Campos Mello
Desembargador Relator

Fl Nº 100/2011
Processo 063/2011

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
SJ 6.1 - Serv. de Processamento do Órgão Especial

Direta de Inconstitucionalidade - nº 0013591-15.2012.8.26.0000 - nº antigo .

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que o v. acórdão transitou em julgado em 06 de agosto de 2012.

São Paulo, 11 de setembro de 2012.

Helena Enobe - Matrícula: M110470
Escrevente Técnico Judiciário

REMESSA

Remeto os presentes autos ao Arquivo.

São Paulo, 11 de setembro de 2012.

Helena Enobe - Matrícula: M110470
Escrevente Técnico Judiciário

60

573

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº
03816922

71

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade nº 0013591-15.2012.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA sendo réu PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "JULGARAM A AÇÃO PROCEDENTE. V.U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores IVAN SARTORI (Presidente), CORRÊA VIANNA, LUIZ PANTALEÃO, GONZAGA FRANCESCHINI, DE SANTI RIBEIRO, GUERRIERI REZENDE, WALTER DE ALMEIDA GUILHERME, ELLIOT AKEL, CASTILHO BARBOSA, ANTONIO CARLOS MALHEIROS, ARTUR MARQUES, CAUDURO PADIN, GUILHERME G. STRENGER, RUY COPPOLA, RENATO NALINI, ROBERTO MAC CRACKEN, KIOITSI CHICUTA, ENIO ZULIANI, LUIS SOARES DE MELLO, GRAVA BRAZIL, LUIZ ANTONIO DE GODOY, RIBEIRO DA SILVA, FERRAZ DE ARRUDA e FRANÇA CARVALHO.

São Paulo, 30 de maio de 2012.

CAMPOS MELLO
RELATOR

Ação Direta de Inconst. 0013591-15.2012.8.26.0000 São Paulo VOTO 27632
Requerente: Prefeito do Município de Holambra.
Requerido: Presidente da Câmara Municipal de Holambra.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 742/2011 DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, QUE DISPÕE SOBRE CONTEÚDO DAS PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMA OU SERVIÇOS PÚBLICOS. VÍCIO DE INICIATIVA. MATÉRIA DE INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO EXECUTIVO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. OFENSA AOS ARTS. 5º, CAPUT E 144 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA. AÇÃO PROCEDENTE.

Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito do Município de Holambra, com pedido de liminar, visando à suspensão da eficácia da Lei Municipal 742/2011.

Alega o autor que há vício de iniciativa e que está configurada ingerência do Poder Legislativo nas atribuições do Poder Executivo, o que, além disso, viola o princípio da separação e harmonia entre os poderes. Argumenta que o diploma em questão contraria o art. 5º, caput e 144 da Constituição Estadual. Pede a concessão de liminar e a procedência.

A liminar foi deferida (cf. fls. 120) e vieram as informações.

Manifestou-se então a Procuradoria Geral do Estado, que afirmou não haver interesse na defesa do ato impugnado.

O parecer da Procuradoria Geral de Justiça foi no sentido da procedência da ação.

É o relatório.

A demanda é procedente, visto que a Lei Municipal nº 742/2011, que dispõe sobre placas comemorativas de inaugurações de obras, programas ou serviços públicos, originou-se de projeto de iniciativa parlamentar (cf. fls. 12), o que invade a esfera de atribuição reservada ao Prefeito, incorrendo em vício de iniciativa.

É que cabe ao chefe do Poder Executivo, o planejamento, a organização, a direção e a execução dos serviços públicos municipais e não cabe ao Poder Legislativo Municipal iniciativa que, direta ou indiretamente, modifique ou interfira em tais atribuições. É o que ocorre na espécie, visto que a lei ora impugnada impõe condutas à Administração Pública, visto que proibe a retirada e também qualquer alteração nas placas comemorativas já instaladas, bem como obriga que as novas placas de inauguração de obras, programas e serviços tragam os nomes do Prefeito, Vice Prefeito e de todos os vereadores. Isso configura a ingerência na administração pública do Município.

Relembre-se que a iniciativa reservada decorre de comando constitucional que atribui a seu titular o poder de decidir sobre proposta de direito novo em matéria de sua especial atenção ou

preponderante interesse (Manoel Gonçalves Ferreira Filho, "Do Processo Legislativo", Ed. Saraiva, 5ª ed., 2002, p. 208). E se a Lei Maior assim dispõe, tal comando não pode deixar de ser observado, pena de desrespeito ao princípio basilar da separação de poderes (STF – Pleno, ADIn. 2.364/AL, Rel. Min. Celso de Mello, DJU 14.12.01).

Diante disso, não pode subsistir, já que o vício de iniciativa aqui é manifesto e macula o diploma legal sob análise.

Assim, forçoso concluir que a iniciativa legislativa em questão não observou o que dispõem os arts. 47, II e XIV e 144, ambos da Constituição Estadual, e ofendeu o princípio da separação de poderes (art. 5°, caput, da Constituição Estadual).

Em resumo, fosse a lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo, nenhuma eiva poderia ser reconhecida. Mas como não é, não há outra solução a não ser a declaração de inconstitucionalidade.

Pelo exposto, julgo procedente a presente ação direta de inconstitucionalidade da Lei Municipal 742/2011 do Município de Holambra.

Campos Mello
Desembargador Relator